

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0C37-B3E4-AA04-0E75> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0C37-B3E4-AA04-0E75



Hash do Documento

89E93AABA25EA8807736A354F87BD1B510F16D2ED8BC952E8DCFCDD64A4CDF30

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 19/03/2022 10:42 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/6E57-76BA-D5A0-93D6> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6E57-76BA-D5A0-93D6



Hash do Documento

BA24E5B5E4569E2A2322926D8CF8ABBF62D5F0DB51C3AF9ABECA4322675B92AA

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 19/03/2022 10:44 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Apresentamos as Demonstrações Financeiras do Banco Paulista relativas aos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Resultado, Patrimônio Líquido, Ativos e Recursos Captados: O Banco Paulista encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com um lucro de R\$ 6,0 milhões e Patrimônio Líquido R\$ 184,9 milhões. Os ativos totalizaram R\$ 1,5 bilhão e estavam formados por R\$ 630,1 milhões de Operações de Crédito e R\$ 499,4 milhões de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos. Os recursos Captados representaram R\$ 1,3 bilhão.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Ativo	Notas explicativas		Passivo	Notas explicativas	
	2021	2020		2021	2020
Circulante	730.577	624.548	Circulante	667.892	648.150
Caixa e equivalente de caixa	1.811	1.512	Depósitos e demais instrumentos financeiros	653.102	632.880
Disponibilidades	4	1.811	Depósitos	472.269	377.169
Instrumentos financeiros	723.461	622.677	Depósitos no mercado aberto - carteira própria	15	15
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4/5a	119.998	Recursos de aceites e emissão de títulos	17	118.044
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5b	3.013	Obrigações por empréstimos e repasses	17	7.432
Títulos e valores mobiliários	6	103.266	Instrumentos financeiros derivativos	7	1.561
Instrumentos financeiros derivativos	7	910	Relações interdependências e interfinanceiras	10	512
Relações interfinanceiras	10	17.815	Divida subordinada	17	-
Operações de crédito - setor privado	8	260.693	Provisões	4.057	4.920
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	211.303	Para pagamentos a efetuar	4.057	3.367
Negociação e intermediação de valores	8	1.423	Para garantias financeiras prestadas	32	933
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	9	2.670	Outros passivos	10.523	10.352
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8	(4.013)	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5	485
(-) Operações de crédito	8	(3.022)	Fiscais e previdenciárias	18a	8.620
(-) Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	(965)	Sociais e estatutárias	18b	1.718
(-) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	9	(26)	Diversas	17	1.178
Despesas antecipadas	5	42	Não circulante	775.925	502.098
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebíveis	11	3.381	Depósitos e demais instrumentos financeiros	15	647.708
Diversos	12	6.832	Depósitos	17	109.570
Não circulante	898.615	708.959	Provisões	32	1.002
Instrumentos financeiros	817.385	619.513	Para passivos contingentes	33b	3.907
Títulos e valores mobiliários	6	363.363	Outros passivos	18a	13.738
Operações de crédito - setor privado	8	369.366	Fiscais e previdenciárias	19	185.585
Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	8.045	Patrimônio líquido	184.300	184.300
Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	9	46.241	Capital Social - domiciliado no país	18	184.300
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	8	(4.764)	Reservas de lucro	19	2.790
(-) Operações de crédito	8	(4.290)	Fiscais e previdenciárias	18a	185.585
(-) Títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito	8	(37)	Reservas de lucro	19	185.585
(-) Títulos e créditos a receber sem característica de concessão de crédito	9	(447)	Reserva legal	23b	3.907
Créditos Tributários	29b	31.484	Reserva estatutária	240	2.550
Outros ativos	29b	48.532	Reserva sobre o capital próprio	240	63
Diversos	12	41.020	Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	240	2.550
Investimentos	13	1.461	Saldo em 31 de dezembro de 2021	184.300	184.300
Outros investimentos	13	1.713	Saldo em 31 de dezembro de 2020	184.300	184.300
(-) Provisões para perdas	13	(252)	Reserva legal	-	240
Imobilizado de uso	14	2.416	Reserva estatutária	-	2.487
Imóveis de uso	14	2.416	Reserva sobre o capital próprio	-	63
Outras imobilizações de uso	14	5.148	Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	2.550
(-) Depreciações acumuladas	14	(7.231)	Mutações no semestre	236	2.487
Intangível	14	1.731			
Ativos intangíveis	14	1.731			
(-) Amortizações acumuladas	14	(423)			
Total do ativo	1.629.192	1.333.507	Total do passivo	1.629.192	1.333.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Reservas de lucros		Ajuste ao Valor de Mercado	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal			
204.300	1.219	-	1.782	-	208.300
Aumento de capital	38.000	-	-	-	38.000
Redução de capital	(60.000)	-	-	-	(60.000)
Prejuízo do Exercício	-	-	-	(2.431)	(2.431)
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	(1.609)	-	(1.609)
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	-	1.218	1.218
Saldo em 31 de dezembro de 2020	184.300	-	173	(1.213)	183.260
Mutações no Exercício	(22.000)	(1.218)	173	(1.609)	(26.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	184.300	-	173	(1.213)	183.260
Lucro líquido do Exercício	-	-	-	6.003	6.003
Reserva legal	-	240	-	(240)	-
Reserva estatutária	-	2.550	-	(2.550)	-
Juros sobre o capital próprio	-	63	-	(63)	-
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	(1.678)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	184.300	240	2.550	(1.678)	185.585
Saldo em 30 de junho de 2021	184.300	240	63	1.213	184.863
Reserva legal	-	236	-	(236)	-
Reserva estatutária	-	2.487	-	(2.487)	-
Juros sobre o capital próprio	-	63	-	(63)	-
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	-	-	-	(2.001)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	184.300	240	2.550	(1.678)	185.585
Mutações no semestre	-	236	2.487	(2.001)	722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Paulista S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado, controlado pelo Sr. Alvaro Augusto Vidigal, constituído sob a forma de banco múltiplo, tendo como objetivo a atuação em operações de crédito para pessoas jurídicas de médio a grande porte, prestação de serviços e de estruturação de operações para venda e distribuição. As operações são realizadas em condições de mercado no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de sua antiga controladora Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Singulare") (anteriormente denominada "SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista de Títulos e Valores Mobiliários S.A.") e de outras instituições, sendo que a partir da reorganização societária envolvendo Banco e Singulare descrita abaixo, a Singulare deixou de fazer parte desse conjunto de instituições.

Em 06 de fevereiro de 2020, reuniu-se em Assembleia Extraordinária os acionistas do Banco para deliberar sobre a sua "reorganização societária", reduzindo o seu Capital Social, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação das atuais acionistas no capital social do Banco. A finalidade da redução de capital social é tornar as estruturas societárias do Banco e da Singulare independentes, por meio da transferência da totalidade das ações de emissão da Singulare para os acionistas, deixando de ser subsidiária integral do Banco, observada a seguinte ordem cronológica:

- A Singulare reduziu seu Capital, no montante de R\$ 3,783, sem o cancelamento de ações, com a restituição ao Banco de recursos em valor equivalente;
- O Banco, reduziu o Capital Social em R\$ 80.000, sem o cancelamento de ações, com a restituição da totalidade das ações da Singulare aos seus acionistas, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos atuais acionistas no capital social do Banco;
- Foi deliberado o aumento de capital social do Banco, no montante de R\$ 38.000, subscrito integralmente pelo Banco Paulista, e integralizado em moeda corrente nacional, sendo que R\$ 19.000 foram integralizados no dia 13 de fevereiro de 2020 e o remanescente, equivalente a R\$ 19.000, foi integralizado em 03 de julho de 2020, em moeda corrente nacional.

Estas deliberações foram aprovadas pelo Banco Central através do Ofício 12.778/2020-BCB/Deor/GTSP em 03 de julho de 2020.

Efeito do Coronavírus nas demonstrações contábeis

O Banco, em atenção às orientações governamentais e principalmente dgrs de saúde, adotando as medidas necessárias para a prevenção do COVID-19. Para isso, tem intensificado a comunicação para a conscientização de todos os colaboradores e adotado medidas administrativas como, por exemplo, flexibilização do horário de trabalho, sistema home office e suspensão de reuniões presenciais.

A Administração não identificou nenhuma alteração significativa no seu processo operacional, haja vista que continua operando normalmente.

Também não foi verificado até o momento, picos de inadimplência na sua carteira de crédito, bem como os níveis de captação junto ao mercado continuam evoluindo, o que proporciona um excelente nível de liquidez, o que foi possível ser verificado até a publicação destas demonstrações contábeis.

A Administração segue gerenciando eventuais novos desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma consistente para mitigar os seus efeitos.

2. BASE PARA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que incluem as normas contábeis contidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, normatizadas pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("BACEN") e a Lei das Sociedades por Ações do Brasil.

b) As demonstrações contábeis foram determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Tais julgamentos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, mercadoria no mercado e instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação, sendo que o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através da Resolução BCB nº 2/2020, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação em que a Recorte Federal, por ter as principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exatidão; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; inclusão das informações dos resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, são adotados pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelo CMN e pelo BACEN, na data de sua entrada em vigor.

As demonstrações foram aprovadas em 18 de março de 2022.

b) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Banco. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o dólar, exceto quando indicado de outra forma.

c) Para a conclusão das análises sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, faz-se necessário mencionar os seguintes fatos que, em sua maioria, já foram objeto de contatamento com a elaboração das demonstrações contábeis de 2020 e 2019:

- em 13 de abril de 2018 foi instaurado processo administrativo pelo Banco Central, em que foram apresentadas as manifestações e contestações do Banco. Em agosto de 2020 o Banco Central julgou o processo e decidiu pela aplicação de multa pecuniária (vide nota explicativa 33.d);
- em 8 de fevereiro de 2018 teve início o processo de fiscalização da Receita Federal do Brasil (RFB) culminando com a atuação do Banco em 12 de maio de 2018, referente a IRPJ, CSLL e IRRF, vinculados ao Processo Administrativo nº 16327-721/025/2018-35, lavrado em razão da glosa de despesas que compuseram a base dos referidos tributos. O débito foi objeto de parcelamento formalizado perante a Receita Federal do Brasil, o qual está sendo quitado regularmente (vide notas explicativas 18.a e 33.c);
- em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 6ª fase da "Operação Lava Jato", denominada "Distarces de Mamom", na qual o Ministério Público Federal ("MPF") e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações com câmbio, relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Até a conclusão destas demonstrações contábeis não houve novo posicionamento ou requerimento por parte daquele órgão;
- em dezembro de 2019, conforme nota explicativa 33.c, foi encerrada a fiscalização da RFB. Apesar de encerrada a fiscalização, em julho de 2020, a administração tomou conhecimento do auto de infração nº 12.778/2020-BCB/Deor/GTSP, em que a Receita Federal aplicou erroneamente a multa no auto original de dezembro de 2019, lavrou esse auto complementar, para o qual o Banco já tomou as providências de impugnação;
- em julho de 2020 o BACEN aprovou reorganização societária envolvendo o Banco e a Singulare, conforme descrito na nota explicativa nº 1;

g) O Banco Paulista conta com uma estrutura de Governança baseada em Comitês decisórios, na especialização funcional e no compartilhamento de funções. O Banco Paulista declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento", no montante de R\$ 166,5 milhões, representando 33,3% do total de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos. O Banco Paulista tem adotado um conjunto de ações e medidas que visam à proteção da Instituição e que vem, continuamente, contribuindo para disseminação e promoção de medidas e boas práticas de gestão e de Governança para a

manutenção de um ambiente corporativo íntegro, ético e transparente. O compromisso da Administração Banco Paulista visa, além de atender plenamente à legislação vigente, posicionarem-se entre as empresas que possuem as melhores práticas de transparência, comprometendo-se a repassar ao mercado informações relevantes, tempestivas e fidedelias.

Agradecimentos: A Administração do Banco Paulista agradece aos clientes pela confiança e colaboração pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 18 de março de 2022. **A Administração**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Resultado antes da tributação	Notas explicativas		Resultado antes da tributação	Notas explicativas	
	2º semestre	2021		2020	2º semestre
Recargas de intermediação financeira	8h	74.334	115.913	83.447	44.352
Operações de crédito	8h	42.905	71.276	44.352	-
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários	5/6	30.954	45.244	34.088	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	360	(841)	(3.164)	-
Resultado com operações de câmbio	17	115	54	8.391	-
Despesas de intermediação financeira	(47.652)	(71.295)	(47.988)	(47.988)	(47.988)
Operações de captações	20	(46.628)	(70.319)	(41.187)	-
Operações de empréstimos e repasses	20	-	-	(4.327)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8e	(1.024)	(376)	(2.474)	-
Resultado bruto de intermediação financeira	26.662	44.816	35.459	35.459	35.459
Outros resultados operacionais	(22.439)	(38.117)	(22.439)	(38.117)	(38.117)
Recargas de prestação de serviços	21	2.046	3.844	4.385	-
Rendas de tarifas bancárias	21	18.033	33.521	42.847	-
Despesas de pessoal	22	(22.146)	(41.347)	(42.479)	-
Despesas tributárias	24	(6.483)	(29.444)	(32.778)	-
Despesas tributárias	24	(4.769)	(8.871)	(9.348)	-
Despesas com provisões	25	(1.051)	(3.914)	(2.909)	-
Outras receitas operacionais	26	16.658	31.215	17.106	-
Outros resultados operacionais	27	(8.747)	(24.193)	(14.048)	-
Resultado operacional	28	4.243	5.501	(1.762)	(1.762)
Resultado não operacional	28	4.965	5.317	(164)	(164)
Resultado líquido de operações de swap ou lucro e participações	29	9.208	10.818	(1.926)	-
Provisão para imposto de renda	29	(859)	8	220	-
Contribuição social	29	(18)	(18)	(18)	-
Alíquota fiscal diferida	29	(5.510)	(4.138)	(458)	-
Participações estatutárias no lucro	(525)	(667)	(364)	(364)	(364)
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre/exercícios	4.723	6.003	(2.431)	(2.431)	(2.431)
Lucro líquido (Prejuízo) por lote de mil ações - R\$	11,3	14,14	(5,73)	(5,73)	(5,73)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Lucro líquido (Prejuízo) do semestre e exercícios	Notas explicativas		Lucro líquido (Prejuízo) do semestre e exercícios	Notas explicativas	
	2º semestre	2021		2020	2º semestre
Outros resultados abrangentes	(2.001)	(1.678)	(1.609)	(1.609)	(1.609)
Investimentos financeiros disponíveis para venda	(6.338)	(3.052)	(2.654)	-	-
Imposto de renda e contribuição social	1.837	1.374	1.045	-	-
Lucro líquido (Prejuízo) abrangente do semestre e exercícios	2.722	4.325	(4.040)	(4.040)	(4.040)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração. As operações de crédito são classificadas em: títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento; referem-se aos títulos adquiridos para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas no resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos compostos por operações de futuro, operações de swap e operações de proteção de crédito existentes e controladas, no mínimo por 5 anos, em contas de compensação, não são figurando no balanço patrimon

BANCO PAULISTA S.A.

Além dos processos citados acima, em dezembro de 2019, a Receita Federal lavrou Auto de Infração relativo à glosa de despesas administrativas na apuração de IRPJ, CSLL e IRRF no montante de R\$ 32.761, os quais foram avaliadas com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos do Banco.

No mesmo Auto, a fiscalização também glosou despesas no montante R\$ 62.413, para as quais a avaliação de probabilidade de perda é remota, amparada por dois pareceres de assessores jurídicos, bem como pelo resultado da investigação independente sobre a nota explicativa 2.c, que não identificou irregularidades para essas despesas. Para além dos casos, houve ingresso com processo de impugnação pelo Banco.

d) Órgãos reguladores
O processo administrativo, aberto em 13 de abril de 2018, foi julgado em 03 de agosto de 2020, sendo que o Banco Central após o encerramento do processo decidiu pela aplicação de multa no valor total de R\$ 9.753, tendo o Banco ingressado com recurso, cuja avaliação da probabilidade de perda dada pelos advogados que patrocinam a causa é possível, mas não sendo possível determinar se uma provisão seria requerida.

34. LIMITES OPERACIONAIS
O Patrimônio de Referência Exigível - PRE, obtido de acordo com os normativos em vigor, está demonstrado, a seguir:

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Acionistas e Administradores do Banco Paulista S.A.
São Paulo - SP

Abstenção de opinião
Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações contábeis do Banco Paulista S.A. Devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião" não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações contábeis.

Base para abstenção de opinião
Investigações em curso

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 2.c, em 8 de maio de 2019, o Banco foi alvo da 5ª fase da "Operação Lava Jato", denominada "Distúrcios de Mamão", na qual o Ministério Público Federal ("MPF") e a Polícia Federal investigam operações de lavagem de dinheiro, através de operações de câmbio, relacionadas com integrantes do "Setor de Operações Estruturadas" do Grupo Odebrecht, que resultou em mandado de busca e apreensão na sede do Banco para apurar eventuais contratos de prestação de serviços irregulares. Este assunto também foi parte do processo administrativo do Banco Central do Brasil (BACEN) em 2018.

Em virtude disso a atual Administração do Banco realizou investigação independente sobre os prestadores de serviços apontados nos processos instaurados pelo BACEN e MPF contra o propósito de apurar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus ex-administradores e ex-prestadores de serviços relacionados a essa Operação.

A investigação contou com um comitê interno independente que, por sua vez, contou com o apoio de uma assessoria jurídica e de uma empresa especializada em riscos, cujos resultados estão divulgados na Nota Explicativa nº 2.c. A investigação abrangeu os prestadores de serviços constantes nas investigações conduzidas por autoridades brasileiras e federais, tendo apontado que determinadas despesas de prestação de serviços decorrentes de comissionamento sobre operações de câmbio realizadas pelo Banco não apresentavam evidências apropriadas e suficientes para corroborar as efetivas prestações de serviços, assim como foram identificadas despesas sem a devida formalização em contratos, pagamentos de despesas cujos contratos não estipulavam o racional de remuneração ou percentuais de comissões e ausência de solicitação de compras ou cotações com outros fornecedores, o que resultou em auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil ("RFB") no montante de R\$ 55.586 mil, cujo saldo atualizado em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 24.230 mil, conforme nota explicativa nº 16.a.

A RFB concluiu sua fiscalização em 3 de dezembro 2019, lavrando novo auto de infração em decorrência da finalização da fiscalização, tendo como base a glosa da dedutibilidade para fins de imposto de renda, contribuições sociais e emendas de lei, bem como a retenção de renda na fonte. Para esse auto, o Banco ingressou com processo de impugnação amparado por sua assessoria jurídica, que avaliou estas glosas com probabilidade de perda remota e possível, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 30.c, e a investigação realizada, que não identificou irregularidades para estas despesas. Conforme nota explicativa nº 2.c, em 10 de julho de 2020 a RFB emitiu novo auto de infração, complementar

	2021	2020
RWA e Índice Basiliêta		
PR nível I	169.707	158.444
Capital Principal	169.707	158.444
PR nível II		
RWA Opad - Crédito	1.007.496	848.080
RWA Cam - Câmbio	456	17.235
RWA Trading - Juros, Commodities, Ações	115.328	12.063
RWA Opad - Operacional	495.803	592.405
RWA - Total	1.709.083	1.469.843
PR Mínimo	136.727	117.587
Índice de Basiliêta (PR / RWA Total)	9,93%	10,78%
Índice de Basiliêta (PR / RWA Total) - sem o impacto de procedimentos alternativos de auditoria	9,93%	10,78%
Índice Capital Principal (CP / RWA Total)	9,93%	10,78%

O índice da Basiliêta, para a data-base de 31 de dezembro de 2021, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nº 4.192/13 e 4.193/13, e de 9,93% para o Conglomerado Financeiro.

O Banco encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

ao segundo, ajustando o auto de infração decorrente da fiscalização concluída em 3 de dezembro de 2019 em função do percentual da multa aplicada, para o qual a assessoria jurídica avalia a probabilidade de perda da mesma forma do auto original.

Em 10 de setembro de 2020 foi deflagrada a 7ª fase da operação Lava Jato cujo alvo foram operações realizadas com a Petróleo Brasileiro S.A. e a Petróbras Biocombustível S.A. denominadas em conjunto "Grupo Petróbras" entre o período de 12 de setembro de 2008 a 18 de março de 2021, realizadas por Banco, cujo objeto foi o aprofundamento das investigações sobre possíveis ilícitos praticados em contratos que teriam sido celebrados entre as partes, levando a supostas sobretaxas das mesmas, tendo havido bloqueio de recursos dos executivos envolvidos nestas operações. A Administração e sua assessoria jurídica, não sendo possível faz-lo por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Ressaltamos que as investigações independentes realizadas anteriormente pelo Banco não abrangem a totalidade dos prestadores de serviços e, principalmente, as operações realizadas com as empresas do Grupo Petróbras, não tendo sido efetuada nova investigação sobre estes assuntos ou eventuais valores envolvidos. Nesse sentido, não nos foi possível concluir quanto a possível ocorrência de ação de improbidade administrativa contra o Banco e com a consequente ação de indenização, o que poderia ensejar eventuais contingências não reconhecidas nas demonstrações contábeis do Banco de 31 de dezembro de 2021.

Como consequência, não nos foi possível mensurar eventuais efeitos destas operações apontados por esta fase da operação Lava Jato, incluindo a adequada divulgação das notas explicativas, podendo ainda requerer ou depender de que outros procedimentos investigativos, ainda não considerados, sejam exigidos como parte do processo de investigação deflagrada. Adicionalmente, neste momento, ainda não é possível estimar os desdobramentos futuros decorrentes dos processos de investigações conduzidos pelas autoridades brasileiras, nas eventuais ações de indenização, o que poderia ensejar contingências não reconhecidas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Diferimento de aquisição de Cessão de Operação de Crédito
Conforme Nota Explicativa nº 11, em 31 de dezembro de 2021, o Banco possuía registrado na rubrica "Outros Ativos - Diversos", o montante de R\$ 4.347 mil referentes à Diferimento de Aquisição de Cessão de Operação de Crédito, tendo apurado R\$ 4.371 mil como despesa no resultado do semestre findo em 31 de dezembro de 2021. Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 27, da despesa total reconhecida em 31 de dezembro de 2021, R\$ 1.900 mil, referem-se ao semestre findo em 30 de junho de 2021. Consequentemente, o resultado do semestre findo em 31 de dezembro de 2021, está subavaliado no referido valor.

Créditos tributários

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 29.b as demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021 o Banco possuía registrado créditos tributários no montante de R\$ 31.484 mil, dos quais, não foram apresentadas evidências suficientes e apropriadas para a constituição de R\$1.949 mil. Consequentemente não foi possível determinar os efeitos de eventuais ajustes, se houver, nas demonstrações contábeis do Banco de 31 de dezembro de 2021.

BANCO PAULISTA S.A.

	2021	2020
35. PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR		
O Banco, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contrata serviços de Grant Thornton Auditores Independentes relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor deve auditar seu próprio trabalho, não exercer atividades que possam interferir no objetivo ou promover seus interesses.		
36. OUTRAS INFORMAÇÕES		
a) Resultados não recorrentes	2021	2020
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	6.003	2.431
(-) Resultado não recorrente		
Alienação de investimentos CIP	6.211	-
Desligamentos (reestruturação do Banco)	(63)	(2.246)
Processo investigativo	(121)	(1.126)
Admissões	(3.961)	(6.344)
Efeitos tributários	(110)	3.110
Total resultado não recorrente	1.356	(3.802)
Lucro Líquido Recorrente	4.647	1.971

Ajuste de avaliação patrimonial
Conforme Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2021 o Banco possuía registrado no patrimônio líquido o montante de R\$ 1.505 mil referente ao ajuste negativo do valor justo de Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria "Disponíveis para Venda", os quais, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN), devem registrar sua valorização e/ou desvalorização em conta destacada no patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 identificamos que foi realizado ajuste de R\$ 1.450 mil, com efeito no resultado. Consequentemente, o resultado do exercício está subavaliado nesse montante.

Interesse quanto à continuidade operacional
Com base nas questões mencionadas no item "Investigações em curso" da base para abstenção de opinião e nos demais aspectos divulgados na nota explicativa nº 2.c, como consequência das ações e processos de investigação realizados e seus possíveis desdobramentos ainda incertos, somados aos assuntos reportados relativos a procedimentos contábeis adotados pela Administração realizados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e que também foram objeto de itens que compõe a base para abstenção de opinião, é necessário que a Administração continue adotando medidas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional.

Enfases
Arquitamento de Inquérito Civil
Observamos atenção à Nota Explicativa nº 2, para o fato em 20 de setembro de 2021, o Ministério Público Federal (MPF), promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 1.34.001.00728/2019-47, que previa realizar sua própria investigação para averiguar a legalidade das operações de câmbio de venda de moeda estrangeira realizadas pelo Banco de 2018 a 2020 para essa a razão em espécie. Vale ressaltar que o processo em questão, em sua natureza já havia sido objeto de arquivamento pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Operação com partes relacionadas
Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 30, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco reconheceu resultado com cessas de operações de créditos sem coobrigação no montante de R\$ 5.632 mil, equivalente a 0,30% do seu Patrimônio Líquido. Por se tratar de operação com parte relacionada, os resultados destas operações poderiam ser diferentes daquelas que seriam obtidas a transações efetuadas com terceiros. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos
Auditoria dos valores correspondentes a 31 de dezembro de 2020

As demonstrações contábeis do Banco relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido em 12 de abril de 2021 com abstenção de opinião relacionada aos seguintes assuntos: (i) Investigações do Ministério Público Federal e Secretaria da Receita Federal do Brasil; (ii) Inquérito Civil; (iii) Circularização (confirmações externas) e confirmação de instituições financeiras não reconhecidas nas demonstrações contábeis; (iv) Circularização de Operações (E.B.I.T.); (v) Apreciação de créditos tributários; (vi) Custódia de ativos e passivos; (vii) Perdas associadas ao risco de crédito; (viii) Ajuste de avaliação patrimonial; (ix) Diferimento de comissões de captação; (x) Processo administrativo; parágrafo intertítulo quanto à continuidade operacional, inflexões acerca de operações com partes relacionadas e investimento em cotas de fundos de investimentos.

Cartonificio Valinhos S.A.

CNPJ 45.992.476/0001-94

Demonstrações Financeiras - 31 de Dezembro de 2021 (Valores Expressos em milhares de Reais - R\$)
Em cumprimento às demonstrações legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 2021. Valinhos, Março/2022.

	2021	2020		2021	2020
Balço Patrimonial			Balço Patrimonial		
Ativo/Circulante	92.614	69.363	Passivo/Circulante	42.508	34.060
Caixa e Equivalentes de Caixa	42.843	21.026	Fornecedores	18.781	13.110
Contas a Receber - Clientes	33.954	34.310	Empréstimos e Financiamentos	5.915	8.648
Impostos a Recuperar	202	153	Salários e Encargos Sociais	1.061	734
Estoques	15.106	7.554	Impostos e Contribuições	5.426	6.089
Outros Valores	510	320	Provisão p/ IRPJ e CSLL	8.656	3.069
Não Circulante	46.751	26.920	Impostos Parcelados	737	863
Realizável a Longo Prazo	1.191	396	Adiantamento de Clientes	688	672
Impostos a Recuperar	1.130	335	Provisão para contingência	478	-
Empréstimos Compulsórios	61	61	Outras Contas a Pagar	766	875
Imobilizado	45.555	26.511	Não Circulante		
Imobilizado Técnico	84.224	61.797	Empréstimos e Financiamentos	8.155	10.361
Depreciações	(38.669)	(35.285)	Impostos Parcelados	2.224	2.961
Intangível	5	13	Patrimônio Líquido	86.478	42.902
Intangível - Outras	206	208	Capital Social	2021	2020
Amortizações	(202)	(194)	Reservas de Capital	2.303	1.203
Total do Ativo	139.365	90.284	Reservas de Lucros	34.175	36.699
			Total do Passivo	139.365	90.284

	2021	2020		2021	2020
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		
Capital Reservas de Lucros Lucros (Prejuízos)			Capital Reservas de Lucros Lucros (Prejuízos)		
Saldo em 31/Dezembro/2019:	5.000	586	Saldo em 31/Dezembro/2019:	5.000	586
Lucro/(Prejuízo) Líquido	-	-	Exercício	-	-
Exercício	-	-	Dividendos Distribuídos	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	Reserva Legal	-	618
Reserva Legal	-	618	Saldos em 31/Dezembro/2020:	5.000	1.203
Saldos em 31/Dezembro/2020:	5.000	1.203	Integralização de Capital	45.000	-
Integralização de Capital	45.000	-	Lucro/(Prejuízo) Líquido	-	-
Lucro/(Prejuízo) Líquido	-	-	Exercício	-	-
Exercício	-	-	Dividendos Distribuídos	-	-
Dividendos Distribuídos	-	-	Reserva Legal	-	1.100
Reserva Legal	-	1.100	Saldos em 31/Dezembro/2021:	50.000	2.303
Saldos em 31/Dezembro/2021:	50.000	2.303			

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1 - Contexto Operacional: A Companhia foi constituída em outubro de 1944, tendo como objeto social específico (AGE 19/Outubro/1977) a exploração da indústria, comércio, importação e exportação de celulose, papel, papelão, e cartão de qualquer qualidade, de seus artefatos, artigos similares e conexos, exploração agropecuária, podendo ainda participar de outras sociedades como quotista ou acionista. **2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e Adoção Inicial das Leis nº 11.638/07 - nº 11.941/08 e nº 12.973/14:** As demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pronunciamentos técnicos do Comitê Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições na Lei das Sociedades por Ações, alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/08 e a companhia não optou pela adoção em 2014 da Lei 12.973/14. Em 2021 e 2020 as demonstrações foram elaboradas de acordo com a Lei nº 12.973/14. Não foi registrado nenhum ajuste principal significativo, para adequação aos novos pronunciamentos técnicos contábeis e financeiros do CPC, bem como alterações da Lei das S.A., uma vez que a sociedade procura atender estritamente seu objeto social sem possuir operações financeiras que estejam sujeitas a esta legislação, exceto as principais práticas contábeis adotadas no Brasil. **3 - Sumário das Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas, considerando-se as principais práticas contábeis adotadas: a) Ativo Circulante e Não Circulante/Imobilizado - Longo Prazo - estão demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos proporcionais, as variações monetárias ou cambiais, auferidas até a data de encerramento do exercício social. b) Não Circulante/Imobilizado - está demonstrado ao custo de aquisição e está sendo depreciado de acordo com a legislação em vigor a partir do início das operações da Companhia. c) Passivo Circulante e Não Circulante/Exigível a Longo Prazo - Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos ou deduzidos os impostos parciais decorrentes de operações monetárias ou cambiais, incorridas até a data de encerramento do exercício social. d) Apreciação do Resultado - As receitas e despesas são apropriadas ao resultado do exercício, de acordo com o regime de competência. e) Imposto de Renda e Contribuição Social - As despesas do regime tributário de lucro real, para aplicação do imposto de renda e da contribuição social, que são registrados em livros próprios e calculados com base em resultados fiscais, apurados de acordo com a legislação em vigor. **4 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** O valor significativo está assim representado.

5 - Duplicatas a Receber - Clientes: As contas a receber correspondem aos valores originados pela venda de mercadorias no mercado interno e externo no decorrer normal das atividades da Companhia.

Clientes

Mercado Interno

Mercado Externo

Total

5 - Duplicatas a Receber - Clientes: As contas a receber correspondem aos valores originados pela venda de mercadorias no mercado interno e externo no decorrer normal das atividades da Companhia.

Clientes

Mercado Interno

Mercado Externo

Total

6 - Outros Valores: Os valores de outros valores correspondem a adiantamento a funcionários, adiantamento a fornecedores e despesas antecipadas, conforme detalhes abaixo:

Adiantamentos - (Outros Valores)

Adiantamentos a Funcionários

Adiantamentos a Fornecedores

Despesas Antecipadas

Total

7 - Estoques: Os estoques de matéria-prima estão avaliados pelo custo médio de aquisição, excluídos os impostos recuperáveis. O produto acabado ou em elaboração são avaliados pelo custo médio ponderado de produção sendo agregado o GMP do período.

8 - Imobilizado e Intangível: Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando a vida útil econômica, conforme tabela permitida como despesas pela RFB.

9 - Contas a Pagar - Fornecedores: As contas a pagar correspondem aos valores originados pela compra de mercadorias, matérias-primas e serviços no mercado interno e externo conforme a necessidade e demanda decorrentes para o exercício de suas atividades.

10 - Empréstimos e Financiamentos:

11 - Impostos e Contribuições: Os impostos parciais correspondem aos parcelamentos do ICMS e ao parcelamento do PERT.

12 - Capital Social: Não capital social ocorreu uma integração de R\$ 45.000 no ano de 2021, a passivo este um parcelamento. Parcelamento PERT, PERT foi parcelado em 145x (cento e quarenta e cinco vezes) contendo em longo prazo 12 parcelas e em longo prazo 17 parcelas. O segundo é de 60x (sessenta vezes) contendo em curto prazo 7 parcelas. O terceiro é de 60x (sessenta vezes) contendo em curto prazo 12 parcelas e em longo prazo 23 parcelas, sendo este um parcelamento. Parcelamento PERT, PERT foi parcelado em 145x (cento e quarenta e cinco vezes) contendo em longo prazo 12 parcelas e em longo prazo 85 parcelas. **12 - Patrimônio Líquido:**

13 - Receita Operacional Bruta: 13.1. Receita Operacional Bruta: A receita bruta e as deduções estão compostas como segue:

Receita Operacional

Líquida

Vendas

(-) Imposto s/Vendas e

Devoluções

Total

35. PRESTAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS E POLÍTICA DE INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR

O Banco, em atendimento à Resolução nº 3.198 do Conselho Monetário Nacional (CMN), não contrata serviços de Grant Thornton Auditores Independentes relacionados ao Banco, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor deve auditar seu próprio trabalho, não exercer atividades que possam interferir no objetivo ou promover seus interesses.

36. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados não recorrentes

Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício

(-) Resultado não recorrente

Alienação de investimentos CIP

Desligamentos (reestruturação do Banco)

Processo investigativo

Admissões

Efeitos tributários

Total resultado não recorrente

Lucro Líquido Recorrente

Ajuste de avaliação patrimonial

Conforme Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2021 o Banco possuía registrado no patrimônio líquido o montante de R\$ 1.505 mil referente ao ajuste negativo do valor justo de Títulos e Valores Mobiliários classificados na categoria "Disponíveis para Venda", os quais, de acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN), devem registrar sua valorização e/ou desvalorização em conta destacada no patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 identificamos que foi realizado ajuste de R\$ 1.450 mil, com efeito no resultado. Consequentemente, o resultado do exercício está subavaliado nesse montante.

Interesse quanto à continuidade operacional

Com base nas questões mencionadas no item "Investigações em curso" da base para abstenção de opinião e nos demais aspectos divulgados na nota explicativa nº 2.c, como consequência das ações e processos de investigação realizados e seus possíveis desdobramentos ainda incertos, somados aos assuntos reportados relativos a procedimentos contábeis adotados pela Administração realizados em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e que também foram objeto de itens que compõe a base para abstenção de opinião, é necessário que a Administração continue adotando medidas no sentido de salvaguardar sua continuidade operacional.

Enfases

Arquitamento de Inquérito Civil

Observamos atenção à Nota Explicativa nº 2, para o fato em 20 de setembro de 2021, o Ministério Público Federal (MPF),

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1563-D954-5406-0293> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1563-D954-5406-0293



Hash do Documento

B4A3C0F759E2B7FAE31DD03DFD22C5C3F228EFAE5C18662B2032A5A1B82AD347

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 19/03/2022 10:48 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/0181-CD07-9160-0BDE> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 0181-CD07-9160-0BDE



Hash do Documento

8C874178EE0BA4C971664FC66490316F1DEAD45BE0D2181C1FB0C8728DF571D8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 19/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 19/03/2022 10:50 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00





INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

I. Mensagem da Administração

Vivemos, atualmente, em um cenário de incertezas e em um mundo com desafios políticos, sociais e econômicos. Isso torna ainda mais importante o entendimento do nosso papel nesse contexto e aumenta a nossa responsabilidade, como empresa e como indivíduos, de mobilizar nossos profissionais e parceiros para reduzir os impactos dessas questões nas regiões onde atuamos, seja por meio de nossas boas práticas ou construindo relações sólidas.

Focados em nosso negócio e inseridos nesse contexto, temos desafios que nos propomos a superar: ter uma operação sustentável, promover a transformação digital em todas as áreas da Companhia, ser uma empresa mais inclusiva e de gestão horizontal, e ter resultados mais crescentes e sólidos.

Para ter uma operação mais sustentável, institucionalizamos a nossa jornada ESG de forma transversal, tendo a equipe de sustentabilidade como guardião, pois acreditamos que a temática deva permear toda a Companhia, ou seja, trata-se de uma construção de todas as áreas, feita por meio da integração entre elas, criando um ecossistema que gera resultados muito mais significativos. Desse modo, aderimos aos Compromissos 2030 das empresas que compõem o portfólio da InterCement Participações, que estão totalmente em linha com a agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), mas também associados aos nossos temas materiais e aos nossos princípios, conferindo mais foco e transparência à nossa operação.

A resposta ao desafio de promover a transformação digital em todas as áreas da Companhia segue o mesmo princípio de integração, horizontalidade e transversalidade, aliando processos, pessoas e sistemas em prol de soluções que tragam mais eficiência. Em todas as áreas, temos iniciativas significativas de transformação digital acontecendo, muitas delas já com impactos relevantes em 2021, como o conceito de Indústria 4.0, fortalecendo a performance e a sustentabilidade, e a implantação do CRM Sales Force e SAP Ariba - novos sistemas de planejamento, e diversas automações, integrando sistemas e permitindo abordagens mais assertivas e preditivas.

Já em resposta ao desafio de sermos uma empresa mais inclusiva e de gestão horizontal, criamos a DIDA (Diversidade, Inclusão, Desenvolvimento e Aprendizagem) e a GISA (Gestão Integrada de Saúde e Apoio às Pessoas). Além disso, implantamos um modelo de escuta ativa que culminou na redefinição da nossa cultura organizacional - recriada com e a partir das pessoas. Como resultado, convergimos em um novo propósito: "vontade e talento para construir e entregar o bem a cada dia, para que todos tenham vidas melhores".

As pessoas, aliás, são a base de qualquer estratégia. Além de estruturarmos nossas premissas com base em nossos colaboradores, reunimos a Diretoria de Pessoas com todas as diretorias para criar várias iniciativas. Como parte do reconhecimento do nosso trabalho e estímulo para seguirmos confiantes nesse processo, figuramos entre os Top 5 do Prêmio Valor Carreira, na categoria empresas com 1,5 mil a 3 mil colaboradores. O olhar voltado para a forma como nos relacionamos com as pessoas também se estende às comunidades onde estamos inseridos. Por meio do Instituto InterCement Brasil atuamos diretamente nas comunidades em que estamos presentes, como gestor do investimento social, gerando metodologias e apoiando as fábricas na elaboração e implementação dos seus próprios planos de ação, de forma a respeitar as peculiaridades e potenciais de cada região, empoderando-as por meio de um modelo estruturado.

Também foi um catalisador de consolidação em 2021 o grande avanço que tivemos no nível da nossa governança. Criamos a área de Relação com Investidores (RI), os Comitês de Assessoramento ao Conselho, como o Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças e Estratégia, e Comitê de Governança, Pessoas e Sustentabilidade, além da Comissão de Ética e Compliance e uma área de Controle Interno dedicada às operações no Brasil. Ainda no que tange a governança, vale destacar que expandimos e renovamos nosso Conselho de Administração, adicionando membros externos e independentes, e também a elaboração de uma série de políticas e regimentos internos para regular as atividades, conforme o mais alto nível de governança (Novo Mercado, da B3).

Fizemos, ainda, uma revisão em nossas Demonstrações Financeiras de forma estruturada e consistente dentro dos mais altos padrões, revisamos nossos processos e controles, montamos uma equipe de sustentabilidade, fortalecemos a área de comunicação e renovamos o nosso time Jurídico. Sem dúvidas, hoje somos uma empresa muito mais robusta em termos de governança.

A mesma lógica se estende aos nossos fornecedores, que passam pelo nosso rígido processo de homologação e, adicionalmente, têm suas boas práticas de Gestão de Pessoas, Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA), Inovação e Programas Sociais incentivadas e reconhecidas pelo programa Partner. Assim, agregamos valor a toda nossa cadeia, como consta na própria definição do nosso negócio.

Além de todas essas frentes, chegamos ao quarto desafio: termos resultados mais crescentes e sólidos. Nossos indicadores de desempenho financeiro, que apontam 31% de aumento na receita líquida e margem EBITDA de 29%, mostram que também progredimos de forma relevante nessa dimensão.

No nível institucional, atuamos em conjunto com entidades setoriais, como o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC), a fim de desenvolver novas tecnologias, aditivos e melhorias práticas no consumo de energia e compromissos para que todo o setor seja capaz de reduzir as emissões de CO₂, um dos Gases de Efeito Estufa (GEE).

Todas essas iniciativas foram realizadas porque para nós, o resultado é fundamental, mas o meio, ou seja, a forma como fazemos as coisas, é ainda mais importante. Com esse olhar, podemos não só potencializar os nossos resultados, mas também ter um desenvolvimento sustentável, enquanto empresa e enquanto cidadãos. Então, focamos na maneira como as coisas são feitas e os resultados estão aí para mostrar que estamos no caminho: em 2021 todos os nossos objetivos foram alcançados e, não fossem as condições adversas que marcaram o ano, seriam até superados. É, portanto, com muita satisfação que compartilhamos um pouco dessa jornada nesse relato. O termo "jornada" não foi escolhido por acaso. Ele representa de forma fidedigna como entendemos nossa maneira de agir, ou seja, um caminho contínuo e progressivo, e traz o foco justamente para o processo, em como as coisas são feitas. A publicação do nosso primeiro Relatório Integrado de 2021 foi um importante instrumento para olharmos para esse processo e nossas iniciativas, com grande contribuição para o trabalho de autoconhecimento e revisão que está em curso nesses últimos anos. A publicação desse material pelo segundo ano consecutivo no formato de Relatório Integrado, com certeza nos dá ainda mais informação e conhecimento para continuarmos nossa jornada, cientes de nossas responsabilidades, de quem somos e acnde queremos chegar, reconhecendo nossos avanços, mas cada vez mais conscientes acerca do que temos a melhorar.

LI. Contexto Operacional

A Companhia é uma das líderes em produção de cimento no mercado brasileiro, com capacidade instalada de 17,2 milhões de toneladas, sendo 12,2 milhões ativas e 5,0 milhões hibernadas. De acordo com informações disponibilizadas pelo Sindicato Nacional da Indústria do Cimento ("SNIC"), a Companhia está posicionada como a segunda maior empresa de cimento do país, sendo uma das duas únicas que registram vendas em todas as regiões do Brasil, segundo o SNIC.

As operações da Companhia incluem 15 unidades produtivas de cimento, 6 usinas de concreto e 02 unidades de agregados. Com unidades produtivas localizadas em quatro das três regiões do Brasil (quais sejam, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste), a Companhia cobre uma área equivalente a cerca de 90% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. De forma que as vendas da Companhia estão relativamente alinhadas à distribuição do PIB por região. Sua base de clientes é altamente diversificada, sem que um único cliente represente uma parcela significativa da receita líquida consolidada total da Companhia.

III. Principais Indicadores Consolidados

INDICADORES (R\$ milhões)	4º trimestre			Acumulado		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Receta líquida	794	715	11%	3.153	2.403	31%
Custo das vendas e dos serviços	(631)	(665)	-5%	(2.368)	(2.104)	13%
Lucro bruto	163	50	225%	784	299	163%
EBITDA	232	122	90%	1.016	566	80%
EBITDA ajustado	193	260	-26%	928	686	35%
Resultado financeiro	(43)	(58)	-26%	(126)	(198)	-37%
Lucro líquido do exercício	931	(34)	-2855%	1.314	(24)	-5540%
Fluxo de caixa operacional	333	210	58%	605	555	9%
Margem %	4721	4720	Var. %	2021	2020	Var. %
Bruta	20,5%	7,0%	13,5 pp	24,9%	12,4	12,5 pp
EBITDA	29,2%	17,1%	12,2 pp	32,2%	23,6%	8,7 pp
EBITDA ajustado	24,3%	36,3%	-12,0 pp	29,4%	28,6%	0,9 pp
Líquida	117,3%	-4,7%	122,0 pp	41,7%	-1,0%	42,7 pp

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	361.745	357.687	459.813	425.096
Contas a receber de clientes	6	171.872	155.878	172.848	156.420
Partes relacionadas	22	150.950	-	150.754	-
Estoque	9	361.616	347.444	355.935	341.249
Impostos a recuperar	10	68.706	39.347	69.952	40.265
Outros ativos		27.924	37.702	28.180	37.680
Total do ativo circulante		1.142.913	938.058	1.237.482	1.000.710
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	7	5.401	5.349	6.156	6.298
Contas a receber de clientes	8	2.076	3.635	2.076	3.635
Partes relacionadas	22	32.564	25.100	32.664	25.200
Estoque	9	28.989	-	28.989	-
Impostos a recuperar	10	125.449	48.970	125.449	48.970
Depósitos judiciais	19	69.687	67.608	69.703	67.623
Instrumentos financeiros derivativos	5 (b)	7.272	24.705	7.272	24.705
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	640.564	-	640.564	-
Outros ativos		57.624	30.278	58.886	31.430
Propriedade para Investimentos		-	2.561	-	2.561
Investimentos:					
Em controladas	11	273.373	259.075	-	-
Outros	-	-	-	82	8
Imobilizado	12	1.747.128	1.747.282	1.994.860	2.010.050
Direito de uso em arrendamentos	14 (a)	131.200	224.663	136.904	224.727
Intangível:					
Ágio	13	301.312	301.312	301.312	301.312
Outros intangíveis	13	95.792	115.942	174.297	142.556
Total do ativo não circulante		3.518.431	2.856.480	3.579.214	2.889.075
Total do ativo		4.661.344	3.794.538	4.816.696	3.889.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de retenção legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.865.528	-	-	-	117.619	92	(2.245.402)	737.837	795.659
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(98.790)	(98.790)	74.629	(24.161)
Dividendos pagos e propostos		-	-	-	-	-	-	-	(74.828)	(74.828)
Aumento de capital		-	-	-	-	-	-	-	466	466
Perdas com participação em controlada		-	-	-	-	-	(1.643)	(1.643)	1.643	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.865.528	-	-	-	117.619	92	(2.345.835)	637.404	597.322
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.224.115	1.224.115	90.156	1.314.271
Redução de capital para absorção do prejuízo	23 (a)	(2.228.216)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de capital em decorrência da cisão parcial de ativo líquido	23 (a)	(45.038)	-	-	-	-	-	-	(45.038)	-
Redução da reserva de incentivo para absorção do prejuízo	23 (a)	-	-	-	-	(117.619)	-	-	-	-
Dividendos antecipados	23 (d)	-	-	-	-	(990.101)	-	(990.101)	(54.550)	(1.044.651)
Juros sobre o capital próprio antecipados	23 (d)	-	-	-	-	(39.910)	-	(39.910)	-	(39.910)
Destinação:										
Constituição de reserva legal	23 (b)	-	61.206	-	-	-	-	-	-	61.206
Constituição de reserva de incentivos fiscais	23 (c)	-	-	-	130.147	-	-	-	-	130.147
Constituição de reserva de retenção de lucros	23 (b)	-	-	2.624	-	-	-	-	-	2.624
Perdas com participação em controlada	23 (d)	-	-	-	-	-	-	-	-	(127)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		592.274	61.206	2.624	130.147	92	-	786.343	95.465	881.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Audidores independentes - Instrução CVM 381/03

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia informa que a sua política de contratação de prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor. Tais princípios se baseiam no fato de que o auditor independente não deve auditar seu próprio trabalho, não pode exercer funções gerenciais, não deve advogar por seu cliente ou prestar quaisquer outros serviços que sejam considerados proibidos pelas normas vigentes, mantendo desta forma a independência nos trabalhos realizados. A Companhia informa, também, que seus auditores, Ernst & Young Auditores Independentes S.A., não prestaram serviços relevantes que podem comprometer a independência conforme descrito na referida norma.

VI. Desenvolvimento Sustentável

A holding InterCement lançou em 2021 a "Jornada ESG", com metas e compromissos 2030 alinhados aos "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" da ONU, impulsionando a criação formal de uma área ESG na Companhia. O mais importante é que a nova estrutura de ESG foi pensada para atuar de forma transversal, permeando diferentes áreas e hierarquias da Companhia, posicionando assim a temática ESG no pilar central da Companhia.

a. Meio Ambiente

A Companhia trata o tema meio ambiente como prioridade, garantindo o processo de produção de cimento aderente aos requisitos e às condicionantes ambientais. Em 2021 aprimoramos ainda mais nosso foco no meio ambiente, a partir da criação do Fórum Multidisciplinar de Emissões para acompanhamento sistemático e diferenciado das emissões em todas as nossas fábricas. Adicionalmente, reforçamos e reestruturamos a equipe de meio ambiente e licenciamento, bem como a área de direito ambiental e mineração, fortalecendo a gestão de tema junto à operação.

Alcançamos em 2021 uma reciclagem equivalente a 22% de todas as nossas embalagens de cimento comercializadas em 2021. Além da redução de 15% das emissões específicas de material particulado em comparação a 2020, diminuindo nosso impacto na qualidade do ar. E preservamos 3 mil hectares além da produção de valor na economia local: é equivalente a mais de 4 mil campos de futebol. Avaliação por entidade externa de 100% dos requisitos relacionadas às nossas licenças ambientais, proporcionando maior confiabilidade ao compliance ambiental.

O uso de combustíveis alternativos é um dos grandes pilares de nossa estratégia de redução de emissões de CO₂, fazendo uso de pneus, biomassa e resíduos urbanos como substituição térmica ao combustível fóssil, i.e. coque de petróleo. Em 2021, combustíveis alternativos responderam por 25% da utilização de combustíveis em nosso processo produtivo. Em nossos compromissos ambientais da Jornada ESG nos comprometemos a aumentar em 85% o uso de combustíveis alternativos até 2030.

b. Segurança do Trabalho

Em 2021, conquistamos a certificação ISO 45001:2018 para 100% das fábricas em operação e o escritório central - uma norma internacional focada na melhoria do desempenho em Saúde e Segurança do Trabalho (SST). Adicionalmente, realizamos o processo de Transformação Digital de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, com implantação do BI (Business Intelligence) e Observação de Comportamento Seguro Digital, que conferem mais eficiência e eficácia na análise de resultados. Além disso, foi realizado o Diagnóstico de Cultura de Segurança do Trabalho em 100% das fábricas e operações de concreto, trazendo uma visão detalhada do perfil dos times em relação aos temas de segurança. Foi ampliado o time de segurança nas fábricas integradas, ampliando a presença técnica nas atividades.

Como resultado, tivemos 50% de redução nas taxas de acidentes em comparação a 2020, além de recortes históricos em menor taxa de gravidade e de frequência.

c. Social

A Companhia tem convicção de que seu papel junto às comunidades onde está presente vai muito além da geração de valor na economia local: é contribuir para a transformação cultural, social e econômica do cotidiano dessas áreas, gerando resultados positivos para a comunidade e para os negócios.

Como referência vale destacar o trabalho da Companhia no fomento da produção de biomassa pelas comunidades locais, onde mais de duas mil toneladas de Bagaço e Lúcri foram produzidas nos últimos dois anos, beneficiando a economia circular, tanto em emprego como renda, mas também a cultura produtiva da região.

A criação do Impulso Social Integrado (ISI), que traduz a nossa visão estratégica de responsabilidade social e o papel do Instituto InterCement Brasil na construção de comunidades mais justas e sustentáveis, impulsiona exemplos como estes, com uma abordagem integrada, transversal, à temática ESG.

Adicionalmente, tivemos aumento de 47% no número de fornecedores ativos que utilizam a plataforma de antecipação de recebíveis (Monkey), por meio da qual pequenos e médios fornecedores têm acesso ao recurso financeiro com taxas mais atrativas que as oferecidas no mercado, possibilitando melhoria do fluxo de caixa deles. E também o aumento de 55% no índice de competitividade dos pequenos negócios, alcançada a partir do último ciclo do Programa Encadeamento Produtivo, realizado em parceria com o Sebrae.

vii. Recursos Humanos

A Companhia acredita no engajamento e prosperidade das pessoas como única forma de potencializar a geração de valor e, em razão disso, vem reforçando desde 2019 a escuta ativa, aprimorando assim a direção da gestão e indo ao encontro das necessidades individuais de cada colaborador. Fortalecer as relações humanas vem resultando em uma vontade e esforços cada vez maiores pela Companhia. No campo do treinamento as horas investidas em treinamento e desenvolvimento por pessoa aumentaram ao equivalente a três vezes o investido em 2020. Além da adesão à Plataforma de Educação Edupass para funcionários e suas famílias, incentivando a educação ao disponibilizar mais de 150 mil cursos a preços acessíveis.

Em 2021 tivemos reconhecimento financeiro dado a 45% das pessoas, em dois ciclos de meritocracia realizados por meio da metodologia própria Key PePo, que analisa pessoas e posições-chaves.

viii. Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

Em 2021, foram distribuídos de forma antecipada ao acionista controlador R\$990 milhões em dividendos, além de R\$39 milhões em juros sobre capital próprio, relativos ao resultado do exercício social de 2021.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação, em reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receta líquida	25	3.159.687	2.413.713	3.152.677	2.402.608
Custo das vendas e dos serviços	26	(2.516.727)	(2.224.459)	(2.368.312)	(2.104.071)
Lucro bruto		642.960	189.254	784.365	298.537
Recargas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas e comerciais	26	(261.321)	(211.168)	(269.000)	(217.699)
Equivalência patrimonial	11	21.549	15.119	74	-
Outras receitas operacionais, líquidas	26	137.459	105.428	138.000	105.336
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		540.487	98.633	653.439	186.174
Resultado financeiro					
Varição cambial	27	(4.795)	(23.159)	(4.795)	(23.154)
Receitas financeiras	27	135.127	43.816	139.192	45.092
Despesas financeiras	27	(248.149)	(211.849)	(260.085)	(220.359)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		422.830	(92.559)	527.751	(12.247)
Imposto de renda e contribuição social		901.285	(6.231)	786.590	(11.914)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	24	1.224.115	(98.790)	1.314.271	(24.161)
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a:					
Controladora		1.224.115	(98.790)	1.224.115	(98.790)
Não controladores		-	-	90.156	74.629
Lucro (Prejuízo) Básico/diluído					
por ação CN - R\$	29	2,97	(0,24)	2,97	(0,24)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2		



INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

—☆— continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2021 as sensibilidade são como segue:

Operação	Risco	Cenário Consolidado					
		3 Alta 50%	2 Alta 25%	1 Alta 10%	1 Queda 10%	2 Queda 25%	3 Queda 50%
Exposição ao risco cambial							
Ativo:							
Contas a receber de clientes	Alta/queda do Dólar	859	429	172	(172)	(429)	(859)
Contas a receber partes relacionadas	Alta/queda do Dólar	2.994	1.497	599	(599)	(1.497)	(2.994)
Passivo:							
Fornecedores no exterior	Alta/queda do Dólar	(627)	(225)	(161)	161	225	627
Exposição a índices variáveis							
Aplicações financeiras:							
CDI	Alta/Queda do CDI	79.373	66.144	58.207	(58.207)	(66.144)	(79.373)
Empréstimos, financiamentos e debêntures:	Alta/Queda do CDI	(480.895)	(400.579)	(352.510)	352.510	400.579	480.895
6. Caixa e equivalentes de caixa: Política contábil: Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.							
(a) Composição							
		Controladora		Consolidado			
		2021	2020	2021	2020		
Caixa e bancos		6.996	6.245	9.408	6.409		
Aplicações financeiras		354.749	351.442	450.405	418.687		
Total		361.745	357.687	459.813	425.096		
As aplicações financeiras são representadas como segue:							
		Controladora		Consolidado			
		2021	2020	2021	2020		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)		287.419	321.103	383.018	373.058		
Operações compromissadas (b)		67.313	30.322	67.370	45.612		
Outros		17	17	17	17		
Total		354.749	351.442	450.405	418.687		

(a) Em 31 de dezembro de 2021, os certificados de Depósito Bancário - CDBs, possuem rentabilidade entre 99% a 107% do CDI (96% a 125% em 31 de dezembro de 2020). (b) Em 31 de dezembro de 2021, as operações compromissadas possuem rentabilidade entre 70% a 93% do CDI (70% em 31 de dezembro de 2020).

7. Títulos e valores mobiliários: Política contábil: Os títulos e valores mobiliários incluem debêntures e depósitos em garantia (cauções), os quais são classificados a valor justo por meio de resultado.

		Controladora		Consolidado			
		2021	2020	2021	2020		
Debêntures (a)		5.401	5.349	61	257		
Depósitos em garantia (b)		5.401	5.349	6.156	6.298		
Total		10.802	10.698	6.217	6.555		
Total - classificado no circulante							
Total - classificado no não circulante							
(a) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as debêntures, possuem remuneração de 4% a.a. (b) A Companhia efetua compulsoriamente depósitos a título de garantia, em decorrência da postergação parcial do saldo de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS para o Estado de Goiás. No consolidado, inclui também depósitos em garantia da operação em conjunto BAESA e da controlada Estreito, com finalidade de constituir reserva para obrigações com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e Fundação Nacional do Índio - FUNAI, respectivamente.							
8. Contas a receber de clientes: Política contábil: Correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, líquidos da provisão para perda de crédito esperada. As contas a receber no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras. O montante de provisão para perda de crédito esperada foi estimado com base na análise de risco dos créditos, que contempla histórico de perdas, percentual de inadimplência média, situação individual dos clientes, situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos assessores jurídicos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber futuros.							
		Controladora		Consolidado			
		2021	2020	2021	2020		
Clientes dos mercados interno e externo		180.704	204.643	181.580	205.185		
Classificadas no não circulante		2.076	3.635	2.076	3.635		
Classificadas no circulante		178.628	201.008	179.504	201.550		
Provisão para perdas de crédito esperada		(6.656)	(45.130)	(6.656)	(45.130)		
Total líquido no circulante		171.972	155.878	172.848	156.420		
(b) Vencimento							
		Controladora		Consolidado			
		2021	2020	2021	2020		
A vencer		167.157	156.539	168.033	157.081		
Vencidos:							
0 a 30 dias		5.582	2.588	5.582	2.588		
31 a 60 dias		946	405	946	405		
61 a 90 dias		888	136	888	136		
91 a 180 dias		1.248	305	1.248	305		
181 dias ou mais		5.083	44.670	5.083	44.670		
Total		180.704	204.643	181.580	205.185		
(c) Movimentação da provisão para perdas de crédito esperada							
		Controladora		Consolidado			
		2021	2020	2021	2020		
Saldo no início período		45.130	48.252	45.130	48.252		
Constituições/reversões, líquidas		919	(1.413)	919	(1.413)		
Montantes baixados no período como incobráveis		(39.393)	(1.709)	(39.393)	(1.709)		
Saldo no fim do período		6.656	45.130	6.656	45.130		

9. Estoques: Política contábil: São apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio de aquisição ou produção. Os custos dos produtos acabados compreendem matéria-prima, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). A perda estimada para redução ao valor líquido realizável considera a provisão para a realização dos itens de estoque cujo preço de venda estimado é abaixo do custo de produção, e também para aqueles itens de giro lento e que poderão se tornar obsoletos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. Para os itens de almoxarifado (peças de manutenção) são apresentados nos estoques de curto prazo (circulante) apenas a parcela realizável nos próximos 12 meses, tendo como premissa o consumo médio anual. Dessa forma, os itens que excederem o saldo do consumo médio são classificados como não circulante.

		Controladora		Consolidado			
		2021	2020	2021	2020		
Produtos acabados		47.320	41.763	45.912	39.793		
Produtos em elaboração		130.609	86.270	126.219	81.935		
Matéria-prima		134.101	133.946	134.202	134.010		
Combustíveis		126.458	54.251	126.458	54.297		
Almoxarifado		87.354	96.080	87.370	96.080		
Adiantamento a fornecedores		856	58.956	856	58.956		
Estoque em trânsito (a)		—	22.496	—	22.496		
Embalagem e outros		7.978	5.756	7.978	5.756		
Provisão para realização (b)		(144.671)	(152.074)	(144.671)	(152.074)		
Total		390.605	347.444	394.924	341.245		
Circulante		341.616	347.444	353.935	341.245		
Não circulante (c)		28.989	—	28.989	—		

(a) Referem-se à transação de importação de matéria-prima com a parte relacionada InterCement Trading e Inversões, com cláusula contratual "incoterm" CFR (cost and freight - custo e frete), onde a partir do momento em que a mercadoria cruza o navio, todos os benefícios e responsabilidades passam a ser do comprador. Em 31 de dezembro de 2021, todavia, não haviam estoques em trânsito desta ou qualquer outra natureza. (b) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as provisões para ajuste ao valor de realização referem-se essencialmente a estoques de matéria-prima, peças de manutenção (almoxarifado) e estoques de fábricas paralisadas temporariamente. (c) Em 31 de dezembro de 2021 referem-se a estoques de almoxarifado que possuem provisão de consumo médio superior a doze meses. Devido à limitação da aplicação da política de almoxarifado, implementada em 2021, de forma retrospectiva, a Companhia adotou essa prática seguindo a abordagem prospectiva. (d) Em 31 de dezembro de 2021, as adições referem-se essencialmente a estoques de almoxarifado com baixo giro. Em relação a 31 de dezembro de 2020, as adições referem-se essencialmente a estoques de matéria-prima, pois a Companhia possuía até 1° de janeiro de 2021 contrato com cláusula "take or pay" para aquisição de escória bruta, sendo que após o encerramento do contrato, as condições de mercado tornaram o produto menos atrativo no mercado, fato que levou a Companhia a reavaliar os estoques e constituir a provisão no montante de R\$109.615, com a contrapartida no grupo do CPV (custo do produto vendido). (e) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as baixas referem-se às contabilizações das perdas eletivas de estoque descartados, bem como, venda de peças de manutenção para terceiros que estavam provisionadas.

10. Impostos a recuperar: Política contábil: Correspondem aos impostos a recuperar decorrentes de créditos tributários obtidos nas compras de insumos, serviços e ativo imobilizado, pelos quais se requer a futura recuperação, assim como antecipações e/ou retenções de impostos e contribuições que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais. Os impostos a recuperar mantidos no curto prazo estão previstos para serem compensados nos próximos 12 meses, de acordo com o plano orçamentário aprovado pela administração.

		Controladora		Consolidado			
		2021	2020	2021	2020		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		10.917	8.944	11.152	9.229		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		25.118	27.419	25.118	27.419		
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar (a)		117.733	30.632	117.988	30.922		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF sobre aplicações financeiras		3.842	1.127	4.590	1.462		
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI		23.481	6.874	23.482	6.874		
Contribuição Previdenciária sobre Verbas Indenizatórias		12.605	13.121	12.609	13.121		
Impostos antecipados e outros		459	160	462	168		
Total		194.155	88.317	195.401	89.235		
Classificados no circulante		68.706	39.347	69.952	40.265		
Classificados no não circulante		125.449	48.970	125.449	48.970		

(a) Em 2018, a Companhia registrou PIS e COFINS a recuperar no montante de R\$254.421, sendo R\$134.642 de principal e R\$119.780 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas rubricas de Outras receitas operacionais e Receitas financeiras, em decorrência do trânsito em julgado da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, pagos pela Cimpor Cimentos do Brasil (incorporada pela Companhia em dezembro de 2013) nos períodos de junho de 2005 a fevereiro de 2013. Em 2019, a Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa 1.911/2019 ("IN"), que limita aos contribuintes o aproveitamento do crédito de PIS e COFINS, criando uma expectativa de que a Receita Federal do Brasil somente homologaria a parte calculada de acordo com essa IN (incontroversa) do crédito. Diante deste fato, em dezembro de 2019, a Companhia alienou parte dos créditos a um fundo de investimento, referente à parcela incontroversa, na forma de precatórios e com deságio de aproximadamente 70%, pelo montante de R\$54.091, tendo provisionado a totalidade dos créditos remanescentes (parte controversa). Em julho de 2020, a Companhia alienou esses créditos a um fundo de investimento, pelo montante de R\$131.000, gerando um ganho de R\$40.760, sendo R\$26.164 de principal e R\$14.596 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas linhas de outras receitas operacionais e de receitas financeiras. Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por maioria, em julgamento com repercussão geral, que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. O estabelecido nessa decisão também esclareceu que a tese trata do ICMS destacado em nota fiscal. Diante dessa decisão, a perspectiva de realização mudou, e, portanto, a Companhia registrou durante o segundo trimestre de 2021 a parte que era controversa do crédito de PIS e da COFINS no montante de R\$96.867, sendo R\$47.580 de principal e R\$49.287 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas linhas de outras receitas operacionais e de receitas financeiras.

11. Investimentos: Política contábil: Os investimentos em participações societárias são registrados pelo método de equivalência patrimonial na controladora. No consolidado, as participações em consórcios e operações em conjunto ("joint operation") são reconhecidas linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia de forma proporcional ao percentual de participação.

		Controladora		Consolidado			
		2021	2020	2021	2020		
Participação no capital social - %		2021	2020	2021	2020		
Ações/votos possuídas		2021	2020	2021	2020		
Patrimônio líquido		2021	2020	2021	2020		
Resultado do exercício		2021	2020	2021	2020		
equivalência patrimonial		2021	2020	2021	2020		
Saldo dos investimentos		2021	2020	2021	2020		
Controladas:							
Barra Grande Participações S.A.		80,07	80,07	51.348.455	51.348.455	89.253	70.998
Companhia de Mineração Candioti (a)		97,23	96,51	29.636.946	20.605.360	14.181	13.187
Estreito Participações S.A.		80,82	80,82	146.769.168	146.769.168	225.333	200.001
Eco Processa Tratamento de Resíduos Ltda.		100,00	100,00	700.000	700.000	234	268
Machadinho Participações S.A.		80,15	80,15	25.484.220	25.484.220	45.168	39.976
Neogera Investimentos em Inovação Ltda.		99,87	99,87	779.000	779.000	636	682
Operações em conjunto:							
CCEscom Cement (b)		50,10	50,10	—	9.018	—	—
Total						21.549	15.119

(a) Em 2020, a Companhia aprovou o aumento de capital na controlada, Companhia de Mineração Candioti ("Comican" conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2 (letra "b"). (b) Em 30 de abril de 2016, a Companhia constituiu provisão para perda da totalidade de sua participação na controlada em conjunto CCEscom Cement, no montante de R\$8.205. Em 23 de junho de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a InterCement Participações S.A., para venda das ações da CCEscom Cement B.V., à InterCement Participações S.A. O valor da transação é de R\$1,00, não gerando perda ou ganho na transação. As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2021 são como segue: Barra Grande Participações S.A.: Companhia brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2021, possui a participação na Companhia BAESA, que tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande ("UHE Barra Grande") e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A controlada Barra Grande adota o método de equivalência patrimonial para a contabilização desta operação em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas. Companhia de Mineração Candioti: sociedade brasileira constituída em 07 de janeiro de 2008, com o objetivo de extração e comercialização de minerais não metálicos. Neogera Investimentos em Inovação Ltda.: sociedade brasileira constituída em 16 de outubro de 2014, com o objetivo de conduzir e investir em projetos de inovação. Machadinho Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2021, possui a participação no Consórcio Machadinho, Estreito Participações S.A., sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2021, possui a participação no Consórcio CESE.

(a) Em 2020, a Companhia aprovou o aumento de capital na controlada, Companhia de Mineração Candioti ("Comican" conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.2 (letra "b"). (b) Em 30 de abril de 2016, a Companhia constituiu provisão para perda da totalidade de sua participação na controlada em conjunto CCEscom Cement, no montante de R\$8.205. Em 23 de junho de 2021, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com a InterCement Participações S.A., para venda das ações da CCEscom Cement B.V., à InterCement Participações S.A. O valor da transação é de R\$1,00, não gerando perda ou ganho na transação. As informações sobre as principais controladas e operações em conjunto em 31 de dezembro de 2021 são como segue: Barra Grande Participações S.A.: Companhia brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2021, possui a participação na Companhia BAESA, que tem como objetivo principal explorar o potencial de energia hidráulica, construir e manter a propriedade da usina hidrelétrica Barra Grande ("UHE Barra Grande") e comercializar ou utilizar a energia elétrica produzida pelo prazo de concessão. A controlada Barra Grande adota o método de equivalência patrimonial para a contabilização desta operação em conjunto, com base na existência de acordo de acionistas. Companhia de Mineração Candioti: sociedade brasileira constituída em 07 de janeiro de 2008, com o objetivo de extração e comercialização de minerais não metálicos. Neogera Investimentos em Inovação Ltda.: sociedade brasileira constituída em 16 de outubro de 2014, com o objetivo de conduzir e investir em projetos de inovação. Machadinho Participações S.A.: sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2021, possui a participação no Consórcio Machadinho, Estreito Participações S.A., sociedade brasileira constituída em 22 de abril de 2015, com o objetivo de participar em outras empresas. Em 31 de dezembro de 2021, possui a participação no Consórcio CESE.

(b) Movimentação

		Controladora		Consolidado			
		2021	2020	2021	2020		
Saldo em 31 de dezembro de 2019		1.464.832	1.465.175	544.093	1.465.175	(59.866)	558.084
Aumento de capital (a)		—	—	—	—	—	(17.987)
Equivalência patrimonial		—	—	—	—	—	(1.963)
Dividendos recebidos (c)		—	—	—	—	—	259.075
Outras transações de capital (b)		—	—	—	—	—	(1.963)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		1.464.832	1.465.175	544.093	1.465.175	(59.866)	558.084
Aumento de capital (a)		—	—	—	—	—	9.500
Equivalência patrimonial		—	—	—	—		



INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

—☆— continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	2021				2020			
	Amortização	Ajuste ao valor	Valor	Amortização	Ajuste ao valor	Valor	Amortização	Ajuste ao valor
	Custo	e exaustão	líquido	Custo	e exaustão	líquido	Custo	e exaustão
Direitos de exploração de minas (a)	323.630	(221.722)	(17.921)	83.987	344.511	(178.872)	(67.534)	98.105
Bens vinculados à concessão	74.228	(10.160)	—	62.468	21.044	(9.154)	—	11.890
Direitos de uso de software	82.129	(72.310)	(117)	11.702	75.472	(66.811)	(92)	8.569
Gastos com desenvolvimento de projetos	172.503	(168.073)	(153)	4.277	183.626	(170.945)	(108)	12.573
Marcas e patentes e outros	31.030	(16.586)	(2.581)	11.863	27.961	(15.276)	(1.266)	11.419
683.920	(488.851)	(20.772)	174.297	652.614	(441.058)	(69.000)	142.556	

	2021				2020			
	Amortização	Ajuste ao valor	Valor	Amortização	Ajuste ao valor	Valor	Amortização	Ajuste ao valor
	Custo	e exaustão	líquido	Custo	e exaustão	líquido	Custo	e exaustão
Ágio	102.633	—	—	102.633	—	—	102.633	—
CBC - Companhia Brasileira de Concreto (b)	14.882	—	—	14.882	—	—	14.882	—
RA Participações de Investimentos Ltda. (b)	75.801	—	—	75.801	—	—	75.801	—
Incorporação da Goiás (c)	16.361	—	—	16.361	—	—	16.361	—
Incorporação da Cimento Brumado (c)	59.983	—	—	59.983	—	—	59.983	—
Aquisição de centrais de concreto (c)	8.794	—	—	8.794	—	—	8.794	—
Outros	22.858	—	—	22.858	—	—	22.858	—
301.312	—	—	—	301.312	—	—	301.312	—
985.232	(488.851)	(20.772)	475.609	953.926	(441.058)	(69.000)	443.868	

	Movimentação 2021				Saldo em 31/12/2021
	Adições	Baixas	Amortizações e exaustões	Transferência	
Ágio	301.312	—	—	—	301.312
Direitos de uso de software	8.609	2.857	(1)	(5.937)	6.189
Direitos de exploração de minas	83.515	5.469	(40.287)	(34.734)	4.504
Gastos com desenvolvimento de projetos	12.573	—	—	(780)	(4.470)
Marcas e patentes e outros	11.247	1.699	—	(1.303)	1.420
Bens vinculados à concessão	417.254	10.025	(40.288)	(45.754)	7.643
985.232	(488.851)	(20.772)	475.609	953.926	(441.058)

	Movimentação 2020				Saldo em 31/12/2020
	Adições	Baixas	Amortizações e exaustões	Transferência	
Ágio	301.312	—	—	—	301.312
Direitos de uso de software	2.073	5.088	—	(6.848)	8.245
Direitos de exploração de minas	143.412	—	(121)	(25.771)	22.571
Gastos com desenvolvimento de projetos	12.720	—	—	(5.256)	5.191
Marcas e patentes e outros	8.794	7	(7)	(1.215)	4.214
Bens vinculados à concessão	468.984	5.166	(197)	(39.091)	40.221
985.232	(488.851)	(20.772)	475.609	953.926	(441.058)

	Movimentação 2021				Saldo em 31/12/2021
	Adições	Baixas	Amortizações e exaustões	Transferência	
Ágio	301.312	—	—	—	301.312
Direitos de uso de software	8.568	2.857	(1)	(5.891)	6.194
Direitos de exploração de minas	98.105	15.377	(40.287)	(43.325)	4.504
Gastos com desenvolvimento de projetos	12.573	—	—	(3.781)	(4.470)
Marcas e patentes e outros	11.420	1.699	—	(1.358)	1.421
Bens vinculados à concessão	443.868	71.517	(40.288)	(55.361)	7.649
985.232	(488.851)	(20.772)	475.609	953.926	(441.058)

(a) Referem-se essencialmente a gastos com direitos minerais, licenciamentos e gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas. A vida útil divulgada na Nota Explicativa nº 3 (iii). (b) Referem-se a ágios pagos na aquisição dessas entidades, que já foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". (c) Referem-se à parcela de ágio decorrente da incorporação da Cimpor Cimentos Brasil S.A. Os ágios foram pagos na aquisição dessas entidades pela Cimpor Cimentos do Brasil S.A. e as entidades foram incorporadas pela Companhia. Os ágios foram amortizados pela taxa de 10% ao ano até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização, conforme Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". (d) Em 2020, a Administração revisou seu portfólio de ativos relacionados à concessão e o uso esperado de tais ativos no plano de negócios da época, tendo considerado que tais ativos não seriam mais recuperáveis no futuro, com consequente registro de perda por redução ao valor recuperável de R\$57.829 naquele exercício. Em 2021, a reversão refere-se essencialmente a cisão parcial de determinados ativos não operacionais, então provisionados, com a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A., conforme mencionado na nota 1.1 (b). (e) Referem-se essencialmente a cisão parcial de determinados ativos não operacionais com a empresa do grupo InterCement Participações Investimentos S.A., conforme mencionado na nota 1.1 (b). (f) Em 2021 as adições incluem a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, por meio da extensão do prazo de concessão do UO do Bem Público (UBP) dos consórcios em 5 anos de Baesa, no montante de R\$24.400, e Estrela Participações, no montante de R\$18.700. (g) Perdas por redução ao valor recuperável do ágio: A Companhia anualmente ou quando há indicadores de redução ao valor recuperável de ativos e as mesmas subjacentes para determinação do valor recuperável dos ativos líquidos, considerando a estimativa do fluxo de caixa futuro para os próximos 10 anos (ciclo do negócio) que refletir, entre outros, um conjunto de estimativas relacionadas ao crescimento de mercado, participação de mercado, investimentos e custos. Na preparação das projeções de fluxo de caixa, a Administração considerou as melhores premissas disponíveis a partir de 31 de dezembro de 2021. A taxa de desconto utilizada foi calculada antes dos impostos e reflete riscos específicos relacionados com a UGC. Ao avaliar essas melhores premissas, a Administração não encontrou necessidade de registrar provisões adicionais para redução ao valor recuperável.

Unidade geradora de caixa (UGC)	2021			2020		
	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento real	Ágio	Taxa de desconto	Taxa de crescimento real
Cimentos (vide nota 31)	301.312	13,53%	0,0%	301.312	11,08%	0,0%

Análise de sensibilidade: Considerando o fluxo de caixa descontado de 31 de dezembro de 2021, a Companhia calcula o eventual impacto das alterações na taxa de desconto e na margem EBITDA em relação a todas as projeções de negócio, considerando os cenários dos impactos entre os ranges de 0,50% a 3,50% de redução/aumento no valor recuperável do ativo. A conclusão da Administração é que não há uma perda por redução ao valor recuperável.

14. **Arrendamentos:** Política contábil: A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento em relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outro base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados aplicando-se a taxa incremental nominal de captação (taxa de desconto). De acordo com alguns contratos de arrendamentos, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários, entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada ou outro tipo de reajuste de preço futuro. A Companhia utiliza a taxa incremental nominal de captação pois as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros não podem ser prontamente determinadas. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem os pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos fixos em essência). O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzido a valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. A Companhia mensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou o preço é reajustado (por exemplo: reajuste anual com base em índice inflacionário ou outro índice de reajuste).

Categoria	2021				Saldo final
	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	
Imóveis	7.903	6.426	—	(2.498)	11.352
Equipamentos de informática	451	1.653	—	(762)	1.342
Máquinas e equipamentos	207.255	8.572	(2.931)	(101.808)	243
Veículos	9.954	(72)	—	(1.807)	7.175
Total	224.663	16.579	(2.931)	(106.875)	131.200

Categoria	2020				Saldo final
	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	
Imóveis	11.225	—	—	(1.783)	7.903
Equipamentos de informática	460	600	—	(609)	451
Máquinas e equipamentos	222.924	91.512	—	(104.106)	207.255
Veículos	11.340	—	(421)	(1.865)	9.054
Total	245.949	92.112	(421)	(108.363)	224.663

Categoria	2021				Saldo final
	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	
Imóveis	7.923	6.426	—	(2.498)	11.372
Equipamentos de informática	451	1.653	—	(762)	1.342
Máquinas e equipamentos	207.255	20.731	(2.931)	(108.327)	243
Veículos	9.998	(72)	—	(1.807)	7.215
Total	224.727	28.738	(2.931)	(113.394)	198.904

Categoria	2020				Saldo final
	Saldo Inicial	Adições e atualizações de contratos (a)	Baixas (b)	Amortização	
Imóveis	11.245	—	—	(1.783)	7.923
Equipamentos de informática	460	600	—	(609)	451
Máquinas e equipamentos	222.924	91.512	—	(104.106)	207.255
Veículos	11.411	—	(448)	(1.865)	9.098
Total	246.040	92.112	(448)	(108.363)	224.727

Categoria	2021				Saldo final
	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	
Imóveis	10.193	6.426	—	(3.641)	1.395
Equipamentos de informática	456	1.653	—	(802)	48
Máquinas e equipamentos	222.866	20.731	(2.931)	(115.306)	124.000
Veículos	9.804	(72)	—	(2.411)	770
Total	242.659	16.579	(2.931)	(122.160)	148.760

Categoria	2020				Saldo final
	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	
Imóveis	11.648	—	—	(2.395)	940
Equipamentos de informática	477	600	—	(653)	32
Máquinas e equipamentos	231.621	91.512	—	(118.365)	174.412
Veículos	11.792	—	(421)	(2.490)	923
Total	255.538	92.112	(421)	(123.877)	193.307

Categoria	2021				Saldo final
	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	
Imóveis	10.222	6.426	—	(3.641)	1.395
Equipamentos de informática	457	1.653	—	(802)	48
Máquinas e equipamentos	222.180	20.731	(2.931)	(122.790)	14.048
Veículos	8.865	(72)	—	(2.464)	770
Total	242.723	28.738	(2.931)	(129.544)	16.261

Categoria	2020				Saldo final
	Saldo Inicial	Adições e alterações contratuais (a)	Baixas (b)	Pagamentos	
Imóveis	11.677	—	—	(2.395)	940
Equipamentos de informática	478	600	—	(653)	32
Máquinas e equipamentos	231.621	91.512	—	(118.365)	174.412
Veículos	11.853	—	(448)	(2.490)	923
Total	255.629	92.112	(448)	(123.877)	193.307

(a) Incluem adições de novos contratos. As atualizações de índices devidos sobre os passivos de arrendamento são registradas de acordo com cada contrato, ocasionando modificações de ajuste a valor presente de passivos de arrendamento e direitos de uso em arrendamentos. Adicionalmente, nas datas de aniversário dos contratos, inclui a remensuração de ativos e passivos dos pagamentos variáveis considerados como pagamentos fixos em essência. Estas atualizações,

quando ocorrem, não impactam o resultado, apenas as rubricas patrimoniais. (b) Contratos encerrados antecipadamente. (c) Referem-se a provisões de contratos de ativos arrendados relacionados a armazenagem e movimentação de matéria-prima (escória bruta). Considerando que tais ativos não geram benefício econômico futuro, conforme citado na Nota Explicativa nº 9.d, a Companhia avaliou e constituiu provisão para realização dos direitos de uso relacionados ao arrendamento do imóvel e dos equipamentos. Durante o ano de 2021, as adições referem-se substancialmente ao efeito de reajustes contratuais e as reversões ao efeito da amortização destes ativos. (d) Cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento: Em 31 de dezembro de 2021, o cronograma de vencimento dos passivos de arrendamento no consolidado reconhecidos no passivo não circulante é conforme segue:

Ano	Fluxo Bruto	Juros embutidos	Passivo de Arrendamento
2023	38.501	(3.371)	35.130
2024	9.224	(1.520)	7.704
2025	5.944	(1.018)	4.926
2026>	9.225	(1.702)	7.523
Total	62.894	(7.611)	55.283

(d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar: A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido no contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$15.875 na Controladora e no Consolidado (R\$24.750 na Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2020). (e) Informações referentes aos passivos sem inflação, efetivamente contabilizados e, estimativa dos saldos inflacionados.

	Consolidadora		Controladora	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo real	171.675	267.573	164.585	267.509
Passivo de arrendamento	(16.528)	(24.850)	(15.825)	(24.850)
Juros embutidos	155.147	242.723	148.760	242.659
Consolidado	209.294	385.446	207.520	385.318

Fluxo inflacionado
Passivo de arrendamento
Juros embutidos

15. **Fornecedores:** Política contábil: O saldo de fornecedores refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados no passivo circulante em função dos pagamentos vencerem em até 12 meses. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e posteriormente mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos e trazidas ao valor presente quando aplicável na data das transações, com base em taxa estimada do custo de capital da Companhia. As operações de risco sacado com fornecedores são negociadas junto a instituições financeiras que possibilitam aos fornecedores a antecipação dos recebíveis decorrente de vendas de mercadorias. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seus fornecedores, tendo em vista que a participação não é obrigatória.

	Consolidadora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Nacionais	334.053	253.277	322.680	239.948
Nacionais - Risco sacado (a)	260.804	108.430	260.804	108.430
Estrangeiros	1.618	45.837	1.618	45.838
Total	<			



INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

—☆— continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

Depósitos não atrelados à provisão para riscos

	2021		2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Depósitos trabalhistas e previdenciários	12.898	17.478	12.900	17.479
Depósitos tributários	56.612	48.730	56.612	48.730
Depósitos cíveis	177	1.400	191	1.414
Total	69.687	67.608	69.703	67.623

(b) Processos com probabilidade de perda consideradas possíveis e divulgações complementares relacionadas a incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia e suas controladas possuem exposição de R\$5.989.545 (R\$5.052.042 em 31 de dezembro de 2020), sendo R\$75.163 de contingências trabalhistas (R\$65.165 em 31 de dezembro de 2020), R\$4.971.430 de contingências tributárias, incluindo incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro de acordo com a avaliação do ICPC22/IFRIC 23 (R\$5.014.355 em 31 de dezembro de 2020), R\$1.042.374 de contingências cíveis (R\$972.079 em 31 de dezembro de 2020) e R\$578 de processos administrativos de outras naturezas (R\$443 em 31 de dezembro de 2020), conforme opinião dos assessores jurídicos. Os principais processos classificados como probabilidade de perda possível, são conforme segue: **Tributárias:** Referem-se, substancialmente, a processos administrativos e judiciais relacionados a: (i) PIS/COFINS - ausência de recolhimento à tributação de receita de juros sobre capital próprio; (ii) PIS/COFINS - crédito indevido decorrente de despesa com frete nas transferências de mercadorias entre estabelecimento industrial e distribuidor; (iii) PIS/COFINS - compensação não homologada em decorrência de créditos insuficientes de CSLL por dedução indevida da base de cálculo (iv) ICMS - ausência de recolhimento em operações diversas; (v) ICMS - discussão sobre aplicabilidade de pauta fiscal; (vi) ICMS - transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo contribuinte; (vii) ICMS - crédito indevido de materiais intermediários; (viii) ICMS - crédito indevido em operações com bens do ativo fixo considerados para uso e consumo; (ix) ICMS - diferencial de alíquota; (x) ICMS - Energia elétrica; (xi) ICMS - Não recolhimento; (xii) ICMS - Importação; (xiii) FBTI - cobrança do imposto em razão da incorporação da CIMPOR pela ICB; (xiv) IPTU - redução da base de cálculo; (xv) ISS - retenção na fonte; (xvi) ISS - redução da base de cálculo; (xvii) ISS - não recolhimento; (xviii) CFEM - ausência de recolhimento; (xix) CFEM - diferença de recolhimento; (xx) Contribuição Previdenciária - Aproveitamento indevido do crédito. As contingências tributárias que os assessores jurídicos da Companhia consideram o risco de exto mais provável do que o risco de perda ("more likely than not"), avaliadas com base no ICPC22/IFRIC 23, são: (i) glosa de créditos por suposta dedução indevida da base de cálculo, a título de amortização de ativo decorrente da aquisição de outras empresas; (ii) IRPJ/CSLL - cobrança dos tributos sobre lucros apurados no exterior por empresas controladas e coligadas; (iii) IRPJ/CSLL - ausência de recolhimento à tributação de receita de juros sobre capital próprio; (iv) IRPJ - compensação não homologada de crédito decorrente de aplicação indevida de incentivo fiscal concedido pela SUDENE; e (v) IRPJ/CSLL - compensação não homologada de crédito decorrente de apuração menor de saldo negativo do imposto. **Cíveis:** As principais causas cíveis têm por objeto a (i) reparação de danos em decorrência de descumprimento contratual; (ii) pagamento de indenização por trafegar com excesso de peso; (iii) indenização por acidentes de trabalho e de trânsito na esfera cível e por cobrança indevida; (iv) descumprimento de concessão de licenças de operação e suposta falta de licenciamento; (v) poluição atmosférica e do solo e (vi) infração contra a ordem econômica, conforme descrição abaixo: A Companhia e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência, que tramitaram perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE. Em junho de 2015, o Tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pela Companhia no processo iniciado em 2007 (bens de concorrência em 2007 (bens como para as demais empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação pela formação de cartel e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada à Companhia corresponde, em 31 de dezembro de 2021, a R\$845.163 (considerando InterCement e Cimpor), ficando a Companhia obrigada a alienar 20% da sua capacidade instalada dos ativos de concreto nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades acessórias. Tendo-se tornado definitiva no âmbito administrativo do CADE a referida decisão, a Companhia recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas no Brasil), a concessão de tutela antecipada requerida, para suspensão de todas as penalidades impostas pelo CADE até o julgamento do mérito da causa. Contra tal decisão, o CADE apresentou recurso de Agravo de Instrumento, cujo pedido de tutela antecipada recusada formulado foi indeferido. O processo encontra-se em fase de instrução probatória, com apresentação do laudo pericial pelo perito judicial nomeado, atualmente em fase de impugnação pelas partes. Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a probabilidade de perda na esfera judicial é classificada como possível, não foi constituída provisão para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

(c) Movimentação

	Controladora				
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Outros	Judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	19.980	9.249	2.062	(11.446)	19.845
Adições/baixas	20.594	16.882	11.440	(5.373)	43.543
Pagamento	(4.055)	(102)	(13)	6.950	2.780
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.519	26.029	13.469	(9.869)	66.168
Adições/baixas	(12.914)	(15.267)	(4.610)	9.009	(23.782)
Pagamento	25.307	5.004	7.268	(10.863)	26.716
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.912	16.766	16.126	(11.723)	69.081

Política contábil: Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstrução ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o descomissionamento de fábricas. Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstrução ambiental das áreas em exploração e descomissionamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as estimativas de recuperação paisagística e gastos futuros com descomissionamento de fábricas, sendo reconhecidos em resultados à medida que os ativos são depreciados/amortizados. Essas provisões estão reconhecidas como "Provisão para reconstrução ambiental e descomissionamento de ativos" no passivo. A provisão para reconstrução ambiental tem como contrapartida em seu registro inicial a rubrica de "Direitos de exploração de minas" no intangível, e a provisão para descomissionamento de ativos tem como contrapartida a rubrica de "Imobilizado - Outros". Aumentos ou diminuições nas provisões, que sejam decorrentes de mudanças nas estimativas, resultam em uma alteração correspondente no valor contábil do ativo reconhecido. O aumento nas provisões é dado periodicamente pela atualização monetária, de modo a refletir a avaliação do dinheiro no tempo. A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação ambiental progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões então constituídas. (a) Movimentação: Em 31 de dezembro de 2021, é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a desativação de ativos e recuperação ambiental de áreas em processo de exploração de responsabilidade da Companhia. A movimentação da provisão é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.288	1.160	22.288	1.160
Utilização	—	—	—	(1.365)
Atualização	—	—	—	1.594
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.288	—	22.288	3.964
Utilização	—	—	—	(1.990)
Atualização	—	—	—	2.459
Saldo em 31 de dezembro de 2021	22.288	—	22.288	4.433

20. Provisão para reconstrução ambiental e descomissionamento de ativo: Política contábil: Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstrução ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o descomissionamento de fábricas. Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados para a recuperação e reconstrução ambiental das áreas em exploração e descomissionamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as estimativas de recuperação paisagística e gastos futuros com descomissionamento de fábricas, sendo reconhecidos em resultados à medida que os ativos são depreciados/amortizados. Essas provisões estão reconhecidas como "Provisão para reconstrução ambiental e descomissionamento de ativos" no passivo. A provisão para reconstrução ambiental tem como contrapartida em seu registro inicial a rubrica de "Direitos de exploração de minas" no intangível, e a provisão para descomissionamento de ativos tem como contrapartida a rubrica de "Imobilizado - Outros". Aumentos ou diminuições nas provisões, que sejam decorrentes de mudanças nas estimativas, resultam em uma alteração correspondente no valor contábil do ativo reconhecido. O aumento nas provisões é dado periodicamente pela atualização monetária, de modo a refletir a avaliação do dinheiro no tempo. A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação ambiental progressiva dos espaços liberados pelas pedreiras, utilizando as provisões então constituídas. (a) Movimentação: Em 31 de dezembro de 2021, é mantida provisão para aplicação em gastos relativos a desativação de ativos e recuperação ambiental de áreas em processo de exploração de responsabilidade da Companhia. A movimentação da provisão é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2019	22.288	1.160	22.288	1.160
Utilização	—	—	—	(1.365)
Atualização	—	—	—	1.594
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.288	—	22.288	3.964
Utilização	—	—	—	(1.990)
Atualização	—	—	—	2.459
Saldo em 31 de dezembro de 2021	22.288	—	22.288	4.433

21. Benefícios a empregados: Política contábil: Os custos dos benefícios a empregados são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos. **21.1. Previdência privada:** A Companhia proporciona aos empregados plano de previdência privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e os empregados contribuem na mesma paridade de valores até o limite de 4% do salário nominal. Para contribuições acima do limite estabelecido, não há contribuição por parte da Companhia. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia contribuiu com o montante de R\$1.119 (R\$909 em 31 de dezembro de 2020). **21.2. Outros benefícios a empregados:** São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. O montante referente a tais benefícios em 31 de dezembro de 2021 é de R\$50.418 na controladora e no consolidado (R\$45.379 em 31 de dezembro de 2020).

22. Partes relacionadas: Política contábil: As transações com partes relacionadas foram realizadas pela Companhia conforme termos acordados entre as partes, observando o preço e as condições usuais do mercado, portanto, essas transações estão em condições que não são menos favoráveis para a Companhia do que aquelas negociadas com terceiros. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores a receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida. As partes relacionadas da Companhia são essencialmente subsidiárias, joint ventures, coligadas, acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração da Companhia. (a) Composição - balanço patrimonial: As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo, vendas e compras de produtos e serviços. Os saldos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são os seguintes:

	Controladora			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Entidades sob controle comum do Grupo:				
Loma Negra (a)	—	5.384	—	—
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	1.000	1.300	979	26
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (g)	9.072	—	—	4
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	—	25.880	—	—
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	—	—	—	38
Controladas:				
Barra Grande Participações S.A. (a)	5	—	6.100	—
Companhia de Mineração Candiota (d)	196	—	1.575	10
Estreito Participações S.A. (e)	5	—	7.662	—
Machadinho Participações S.A. (e)	5	—	4.585	—
Controladora:				
InterCement Trading e Inversões S.A. (b), (f) e (h)	139.896	—	67	—
InterCement Participações S.A. (a)	771	—	3.102	—
Outras	—	—	595	54
Total em 31 de dezembro de 2021	150.950	32.564	21.563	3.234

	Controladora			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Entidades sob controle comum do Grupo:				
Loma Negra (a)	—	5.433	—	—
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	17	518	2.300	522
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (g)	—	—	22.800	—
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	—	—	—	—
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	—	—	—	38
Controladas:				
Barra Grande Participações S.A. (a)	—	—	5.843	—
Companhia de Mineração Candiota (d)	—	—	685	—
Estreito Participações S.A. (e)	—	—	6.958	—
Machadinho Participações S.A. (e)	244	—	4.392	—
Controladora:				
Mover Participações S.A. (a)	—	—	—	4
InterCement Trading e Inversões S.A. (b), (f) e (h)	—	23.974	—	349
InterCement Participações S.A. (a)	—	1.011	—	1.580
Outras	—	—	100	54
Total em 31 de dezembro de 2020	261	24.492	7.444	25.100

	Controladora			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Entidades sob controle comum do Grupo:				
Loma Negra (a)	—	5.384	—	—
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	1.000	1.300	979	26
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (g)	9.072	—	—	4
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	—	25.880	—	—
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	—	—	—	38
Controladas:				
Barra Grande Participações S.A. (a)	—	—	6.100	—
Companhia de Mineração Candiota (d)	—	—	1.575	10
Estreito Participações S.A. (e)	—	—	7.662	—
Machadinho Participações S.A. (e)	—	—	4.585	—
Controladora:				
Mover Participações S.A. (a)	—	—	67	—
InterCement Trading e Inversões S.A. (b), (f) e (h)	—	23.974	—	349
InterCement Participações S.A. (a)	—	1.011	—	1.580
Outras	—	—	100	54
Total em 31 de dezembro de 2020	261	24.492	7.444	25.100

	Controladora			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Entidades sob controle comum do Grupo:				
Loma Negra (a)	—	5.433	—	—
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	17	518	2.300	522
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (g)	—	—	22.800	—
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	—	—	—	—
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	—	—	—	38
Controladas:				
Barra Grande Participações S.A. (a)	—	—	5.843	—
Companhia de Mineração Candiota (d)	—	—	685	—
Estreito Participações S.A. (e)	—	—	6.958	—
Machadinho Participações S.A. (e)	244	—	4.392	—
Controladora:				
Mover Participações S.A. (a)	—	—	—	4
InterCement Trading e Inversões S.A. (b), (f) e (h)	—	23.974	—	349
InterCement Participações S.A. (a)	—	1.011	—	1.580
Outras	—	—	100	54
Total em 31 de dezembro de 2020	261	24.492	7.444	25.100

	Controladora			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Entidades sob controle comum do Grupo:				
Loma Negra (a)	—	5.384	—	—
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	1.000	1.300	979	26
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (g)	9.072	—	—	4
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	—	25.880	—	—
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	—	—	—	38
Controladas:				
Barra Grande Participações S.A. (a)	—	—	6.100	—
Companhia de Mineração Candiota (d)	—	—	1.575	10
Estreito Participações S.A. (e)	—	—	7.662	—
Machadinho Participações S.A. (e)	—	—	4.585	—
Controladora:				
Mover Participações S.A. (a)	—	—	67	—
InterCement Trading e Inversões S.A. (b), (f) e (h)	—	23.974	—	349
InterCement Participações S.A. (a)	—	1.011	—	1.580
Outras	—	—	100	54
Total em 31 de dezembro de 2020	261	24.492	7.444	25.100

	Controladora			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Entidades sob controle comum do Grupo:				
Loma Negra (a)	—	5.433	—	—
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	17	518	2.300	522
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (g)	—	—	22.800	—
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	—	—	—	—
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	—	—	—	38
Controladas:				
Barra Grande Participações S.A. (a)	—	—	5.843	—
Companhia de Mineração Candiota (d)	—	—	685	—
Estreito Participações S.A. (e)	—	—	6.958	—
Machadinho Participações S.A. (e)	244	—	4.392	—
Controladora:				
Mover Participações S.A. (a)	—	—	—	4
InterCement Trading e Inversões S.A. (b), (f) e (h)	—	23.974	—	349
InterCement Participações S.A. (a)	—	1.011	—	1.580
Outras	—	—	100	54
Total em 31 de dezembro de 2020	261	24.492	7.444	25.100

	Controladora			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Entidades sob controle comum do Grupo:				
Loma Negra (a)	—	5.384	—	—
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (a)	1.000	1.300	979	26
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (g)	9.072	—	—	4
HM Engenharia e Construção S.A. (c)	—	25.880	—	—
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	—	—	—	38
Controladas:				
Barra Grande Participações S.A. (a)	—	—	6.100</	



INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

→ **continuação**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Ao avaliar se o tratamento fiscal incerto afeta a determinação do lucro tributável, a Companhia assume que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas. Se a Companhia concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a Companhia reflete o efeito da incerteza na determinação do respectivo lucro tributável considerando o valor mais provável. O reconhecimento do efeito da incerteza para tratamentos fiscais incertos, são reconhecidas como obrigações legais na rubrica de impostos e contribuições a recolher no passivo não circulante e a contrapartida na rubrica de imposto de renda e contribuição social correntes. (nota explicativa nº 18). (a) Reconciliação da despesa de imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	422.830	(92.559)	527.751	(12.247)
Alíquotas (15% para imposto de renda mais adicional de 10% e 9% para contribuição social) (Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
(143.762)	31.470	(179.435)	4.164	
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:				
Equivalência patrimonial	7.327	5.140	25	-
Juros sobre o capital próprio	13.569	-	13.569	-
Incentivos Fiscais (FAT/Prodresin/Desenvolve)	13.359	8.256	13.359	8.256
Liminar Selic (b)	40.679	(7.382)	40.679	(7.382)
Imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos no exercício (líquidos de utilizações) (c)	878.990	(46.117)	878.990	(44.828)
Diferença de alíquota (a)	-	-	30.832	25.934
Outras Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(8.877)	2.402	(11.499)	1.942
Reculta (despesa) de imposto de renda e contribuição social	801.285	(6.231)	786.520	(11.914)
Correntes	765	(7.381)	(5.976)	(13.064)
Diferidos	800.520	1.150	792.496	1.150

(a) Refere-se a imposto de renda e contribuição social apurados pelo regime de lucro presumido das controladas Barra Grande, Machadinho e Estreito. (b) Refere-se liminar judicial nº 0012852-21.2010.403.8100, que assegura a Companhia a não recolher o IRPJ e CSLL sobre os juros moratórios, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas com terceiros, sobre receitas decorrentes da atualização monetária sobre a restituição de tributos pagos individualmente ou a maior, e aos valores depositados judicialmente ou administrativamente. Em 2021, o STF julgou inconstitucional a incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic em razão de repetição de indébito tributário, e, portanto, a companhia registrou uma exclusão no montante de R\$40.679 referente ao valor constituído em exercícios anteriores. (c) Refere-se ao reconhecimento, em 2021, de impostos diferidos ativos não reconhecidos em anos anteriores, após análise de realização pela Companhia em 31 de dezembro de 2021. (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dos livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
No ativo:				
Provisão para perdas de crédito esperada	2.530	15.562	2.530	15.562
Provisão para participação nos resultados	10.799	15.040	10.799	15.040
Provisão para realização (Estoque)	48.727	51.328	48.727	51.328
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	12.777	30.087	12.777	30.087
Provisão para descomissionamento de fábricas	24.374	27.431	24.374	27.431
Ajuste ao valor de realização (imobilizado, intangível e direito de uso)	231.977	261.053	231.977	261.053
Demais diferenças temporárias ativas	46.647	57.449	46.647	57.449
Prejuízo fiscal e base negativa	468.646	501.936	468.646	501.936
Impostos diferidos não constituídos	-	(891.334)	-	(891.334)
Total - ativo	846.477	68.552	846.477	68.552
No passivo:				
Amortização de água (rentabilidade futura)	(107.458)	(107.458)	(107.458)	(107.458)
Avaliação da vida útil do imobilizado (a)	(84.248)	(98.097)	(84.248)	(98.097)
Ajuste a valor presente - dívida Banco Itaú - Fomentar	(663)	(1.371)	(663)	(1.371)
Capitalização de juros	(7.833)	(9.929)	(7.833)	(9.929)
Demais diferenças temporárias passivas	(5.711)	(11.653)	(13.735)	(11.653)
Total - passivo	(205.913)	(228.508)	(213.937)	(228.508)
Total líquido classificado no ativo não circulante	640.564	(159.956)	640.564	(159.956)

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a Companhia revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto na legislação fiscal. **Remensuração do ativo fiscal diferido anteriormente não reconhecido:** A Companhia avalia a realização dos ativos fiscais diferidos não reconhecidos ao final de cada período de apresentação das informações financeiras, e registra impostos diferidos ativos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuros. Os lucros tributáveis futuros são derivados dos planos de negócios, devidamente aprovados pelos órgãos de administração da Companhia, realizados em bases nominais, observando o período máximo de 10 anos (que coincide com o ciclo de negócios), utilizando como premissas informações históricas e fontes de mercado, ajustados pela expectativa de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e considerando a estimativa de despesa com imposto de renda nos próximos anos, incluindo as alíquotas vigentes, não considerando qualquer desconto ao valor presente. As projeções da Companhia estão diretamente relacionadas aos ciclos de mercado de construção civil, de infraestrutura e de incorporação imobiliária, são ciclos de médio e longo prazos, e que apresentaram grande volatilidade em período recente em função da redução significativa desses negócios no Brasil nos últimos anos, diante de fatores macroeconômicos observados e também questões internas à Companhia a seguir explicadas, mas com tendência de alta para os anos que se seguem, com início da curva ascendente dos resultados da InterCement desde o exercício de 2020. A probabilidade de materialização das projeções que suportam a realização dos impostos diferidos ativos (e também demais ativos da Companhia como o ágio), que foram reavaliadas em 31 de dezembro de 2021, também foi avaliada em função dos reflexos da pandemia da Covid-19, cujos efeitos ainda traziam certo grau de incerteza sobre as projeções nas avaliações mais recentes de realização dos impostos diferidos ativos efetuadas pela administração, de forma que, nas datas de encerramento das demonstrações financeiras anuais e trimestrais de 31 de dezembro de 2020, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, a administração limitou o reconhecimento dos ativos fiscais diferidos até o montante cuja realização era provável, então considerando a reversão das diferenças temporárias tributárias que foram base para registro dos impostos diferidos passivos, sem a dependência da geração de lucros tributáveis futuros superiores aos lucros advindos dessas reversões. Na reavaliação dessas incertezas no trimestre findo em 31 de dezembro de 2021, considerando os resultados contábeis e tributáveis mais recentes de 2020/2021, e as projeções para os próximos 10 anos, a administração concluiu que a realização dos impostos diferidos ativos tornou-se provável, reconhecendo o montante de R\$777.924 sendo R\$468.646 sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, e R\$309.278 sobre diferenças temporárias ativas (efeito de R\$878.990 na conciliação da taxa efetiva considerando diferenças temporárias e prejuízos fiscais já utilizados no próprio exercício antes do reconhecimento efetivo no encerramento do exercício). A conclusão da Administração foi pautada nos seguintes principais fatores: (I) A Companhia ter superado os resultados contábil e fiscal orçados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Este nível de acerto nas projeções, analisado conjuntamente com os fatores seguintes, reforça o nível de assertividade e habilidade da Companhia em efetuar projeções de longo prazo; sendo que essas projeções indicam que a recuperação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social dar-se-ão em período inferior a 10 anos (que corresponde ao ciclo de negócios da Companhia); (II) A Companhia ter compensado, desde o mês de junho de 2021, saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social pelas próprias operações (sem que eventos não usuais fossem necessários), tendo compensado até 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$9.794, além de ter realizado montante significativo de diferenças temporárias anteriormente não reconhecidas no exercício; (III) Disponibilidade/contratação de estudos de analistas de mercado independentes que incluem expectativas de volume e preços do cimento para os próximos exercícios, que demonstram que as projeções da Companhia encontram-se alinhadas às expectativas para o mercado de cimento no Brasil; (IV) Avaliação qualitativa dos fatores positivos e negativos (internos à Companhia e externos de mercado) que foram fatorados, ponderados e comparados pela administração de forma trimestral, desde a última avaliação anual em 31 de dezembro de 2020 até o reconhecimento complementar dos impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2021. Foram considerados nesta avaliação, dentre outros: i) histórico de lucro (prejuízo) da Companhia e segmento (comparáveis) em períodos recentes da economia e nos anos precedentes ao registro; ii) retomada dos resultados contábil e fiscal da Companhia; iii) impactos (positivos e negativos) decorrentes da pandemia da Covid-19 e de eventos macroeconômicos recentes (incluindo consolidação do segmento após M&As recentes, além de potenciais efeitos de incertezas em ano de pré-eleição presidencial); iv) redução da alavancagem financeira e das despesas de juros e variações cambiais passivas em período recente (fator importante na geração de prejuízos tributários pela Companhia desde 2014); v) outras reduções de custos e despesas decorrentes de ações já implementadas pela Companhia. (V) Realização de análises de sensibilidade sobre as projeções de lucro contábil e fiscal totais efetuado pela Administração, que além de mostrar que é provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais não utilizados e créditos fiscais não utilizados serão utilizados, mostram que mesmo em cenários estressados, o período de recuperação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não supera o ciclo de negócio de 10 anos da Companhia, para os quais as projeções de realização são efetuadas. (VI) Com base na combinação dos fatores acima, a Administração concluiu que é provável a geração de lucro tributável futuro suficiente para registro do ativo fiscal diferido não reconhecido de períodos anteriores, incluindo as diferenças temporárias (cuja realização foi considerada nas projeções). A expectativa da Companhia é a realização da totalidade dos prejuízos fiscais e base negativa até o final de 2029, sendo o seguinte cronograma considerado:

	31/12/2021
2022	3%
2023	12%
2024	15%
2025	20%
Acima de 5 anos	50%

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo inicial Líquido	(159.956)	(161.106)	(159.956)	(161.106)
Efeitos no resultado	800.520	1.150	792.496	1.150
Saldo Final Líquido	640.564	(159.956)	640.564	(159.956)

25. Receita líquida: Política contábil: As receitas operacionais da Companhia são geradas através da produção e venda de cimentos, a prestação de serviços (que engloba a homogeneização das matérias-primas e serviço de bombeamento do concreto) e venda de energia. A receita é mensurada quando ou à média que uma obrigação de desempenho (última etapa para reconhecimento da receita) for atendida, reconhecendo o seu preço de transação deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e/ou deduções similares. A Companhia considera os termos dos contratos e todos os fatos e circunstâncias relevantes, a receita na venda de produtos e/ou serviços é reconhecida quando os critérios estabelecidos em contrato são atendidos, os critérios definidos são: • Identificar o contrato de venda de bens ou prestação de serviço; • Identificar obrigações de desempenho definidas em contrato; • Determinar o preço da transação; • Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho definidas em contrato; • Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende as obrigações de desempenho definidas em contrato. (a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Venda de produtos	4.013.929	3.068.812	4.017.543	3.069.640
Serviços prestados	168.313	148.971	168.313	148.971
Impostos sobre vendas (a)	(988.742)	(786.877)	(999.366)	(798.810)
Abatimentos/descontos	(33.813)	(17.193)	(33.813)	(17.193)
Total	3.159.687	2.413.713	3.152.677	2.402.608

(a) Na controladora e no consolidado, os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e Imposto Sobre Serviços - ISS.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Flávio Aidar - Presidente	Luiz Klecz - Conselheiro	Paulo Diniz - Conselheiro
Ana Lúcia Cattabiano - Conselheira	Marise Barroso - Conselheira	Sérgio Faillman - Conselheiro

DIRETORIA

Lívio Kuzte - CEO	Alessandro Thompson - Diretor Comercial
Ricardo Congro - VP Industrial	Douglas Catan - Diretor de Suprimentos
Armando Silva - CFO e Diretor de Relações com Investidores	Eduardo Carvalho - Diretor Jurídico
José Caires - Diretor de RH	Fabrizio Azevedo - Diretor de Sustentabilidade das Operações

CONTADOR

Leonardo Teixeira Vaz
CRC/SP ISP 259003/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **InterCement Brasil S.A.**, São Paulo - SP
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de materialidade significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Análise de recuperabilidade do ágio:** Em 31 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa 13, a Companhia possui registrado ágio, gerado em combinações de negócios ocorridas em anos anteriores, no montante de R\$301.312 mil, na controladora e no consolidado, representando respectivamente 6,5% e 6,3% do total do ativo, naquela data. Pelo menos uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste de redução ao valor recuperável

26. Informações sobre a natureza de custos e despesas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depreciação, amortização e exaustão	(224.426)	(247.548)	(249.389)	(271.469)
Amortização direto de uso em arrendamentos	(106.895)	(108.363)	(113.394)	(108.363)
Salários e benefícios a empregados	(317.314)	(272.752)	(318.143)	(273.414)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(581.136)	(579.711)	(557.164)	(564.942)
Serviços de terceiros	(165.373)	(117.800)	(178.426)	(128.989)
Despesas com frete	(310.529)	(236.548)	(310.575)	(236.586)
Despesas com manutenção	(122.847)	(101.937)	(123.604)	(102.322)
Despesas com combustível	(560.428)	(339.924)	(562.419)	(342.460)
Despesa com eletricidade (a)	(284.570)	(248.795)	(285.172)	(107.082)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	(8.259)	(28.371)	(8.635)	(28.371)
Ganho na venda de ativo imobilizado e intangível (b)	17.337	-	17.088	-
Baixa de ativo imobilizado	-	(83)	-	(83)
Ajuste ao valor recuperável (c)	28.352	81.876	28.352	81.876
Provisão para desmobilização/alienação de fábricas	-	(1.524)	-	(1.524)
Provisão para perdas de estoques (d)	(23.746)	(124.052)	(23.746)	(124.052)
ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS (e) (Nota 10)	47.580	26.164	47.580	26.164
Recuperação de impostos	13.987	24.835	13.987	24.835
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 8)	(919)	1.413	(919)	1.413
Outras receitas (despesas)	(41.703)	(57.799)	(44.133)	(61.065)
Despesas das vendas e dos serviços	(2.640.589)	(2.330.199)	(2.499.312)	(2.216.434)
Custos administrativos e comerciais	(2.516.727)	(2.224.459)	(2.368.312)	(2.104.071)
Outras receitas (despesas) operacionais	(261.321)	(211.168)	(269.000)	(217.699)
Total	137.459	105.428	138.000	105.336
Total	(2.640.589)	(2.330.199)	(2.499.312)	(2.216.434)

As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:
(a) Na controladora, contempla aquisição de energia elétrica de suas controladas, Barra Grande Participações, Estreito Participações e Machadinho Participações. No consolidado, contempla os custos com eletricidade da InterCement Brasil (com eliminação da energia adquirida das controladas citadas anteriormente), da controlada Comcan e da controlada em conjunto Bases. (b) Em 2021 refere-se substancialmente ao ganho na venda de terrenos, que não estavam sendo utilizados na operação do negócio. (c) Refere-se ao ajuste ao valor de realização do imobilizado, intangível e direito de uso, conforme mencionado nas notas explicativas nº 12, (c) 13 (d) e 14 (c). (d) Refere-se a provisões para perdas de estoques, conforme mencionada na nota explicativa nº 9 (d). (e) Em 2021, refere-se a constituição do crédito tributário parte controversa relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições de COFINS descrito na Nota Explicativa nº 10.a. Adicionalmente, em 2020, a Companhia alienou os créditos reconhecidos em 2019 a um fundo de investimento, pelo montante de R\$131.000, gerando um ganho de R\$4.760, sendo R\$26.164 de principal e R\$4.760 de atualização monetária, reconhecido em sua demonstração de resultados, respectivamente, nas linhas de outras receitas operacionais e de receitas financeiras.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Varição cambial:				
Receita com variação cambial (a)	5.756	3.808	5.756	3.808
Despesa com variação cambial (a)	(10.551)	(26.967)	(10.551)	(26.962)
Total	(4.795)	(23.159)	(4.795)	(23.154)
Receitas Financeiras:				
Variação monetária (b)	100.023	19.189	100.071	19.244
Rendimento financeiro	10.158	5.581	14.083	7.039
Juros ativos (c)	26.357	2.524	26.604	2.528
Instrumentos financeiros derivativos (d)	-	8.093	-	8.093
Recomprou debêntures	-	3.521	-	3.521
PIS e COFINS	(4.768)	(721)	(4.924)	(777)
Outras receitas	3.357	5.629	3.357	5.629
Total	135.127	43.816	139.192	45.092
Despesas financeiras:				
Variação monetária	(17.805)	(32.079)	(27.853)	(40.356)
Juros sobre passivos de arrendamentos (nota 14)	(14.613)	(19.308)	(16.261)	(19.308)
Despesa com juros e encargos (e)	(174.732)	(98.139)	(174.734)	(98.140)
Despesa com instrumentos financeiros derivativos (d)	(10.495)	(3.511)	(10.587)	(3.785)
Instrumentos financeiros derivativos (d)	(17.432)	-	(17.432)	-
Gasto com emissão de debêntures (f)	-	(22.536)	-	(22.536)
Despesas bancárias	(3.109)	(11.967)	(3.194)	(12.050)
Seguro garantia	(7.225)	(21.118)	(7.225)	(21.118)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(1.151)	(450)	(1.151)	(500)
Outras despesas	(1.587)	(2.741)	(1.587)	(2.618)
Total	(248.149)	(211.849)	(260.085)	(220.359)

(a) Refere-se substancialmente às flutuações nas taxas de câmbio, dos empréstimos de mútuos atrelados à moeda estrangeira. (b) Em 2021, a Companhia reconheceu variação monetária no montante de R\$49.287 referente ao crédito tributário da parte controversa relativo à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS descrito na Nota Explicativa nº 10 (a). Adicionalmente, a Companhia reconheceu o valor de R\$12.740 a título de variação monetária (sendo o total de R\$30.972 registrado na rubrica de outros ativos e o mont



INTERCEMENT BRASIL S.A. E CONTROLADAS

CNPJ nº 62.258.884/0001-36

—☆ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

outros: (i) leitura e entendimento das cláusulas restritivas anuais (“covenants”) dessas debêntures, incluindo aquelas da nova emissão realizada em 2021; (ii) análise e revisão do cálculo dos indicadores desses “covenants” efetuado pela administração, e; (iii) confirmação das cláusulas restritivas por meio de informações disponibilizadas pelo agente fiduciário desses debêntures. Também avaliamos a adequação das divulgações da nota explicativa 17 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas para a análise de cumprimento dos “covenants”, adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 17, são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto. Valor recuperável dos impostos diferidos ativos: Em 31 de dezembro de 2021, conforme nota explicativa 23, a Companhia possui registrado impostos diferidos ativos nos montantes de R\$846.477 mil, na controladora e no consolidado, representando, respectivamente, 18,2% e 17,6% do total do ativo naquela data, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado internamente pela administração, sobre a geração de lucros tributáveis futuros. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do potencial impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer sobre o valor dos impostos diferidos ativos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases tributárias conforme legislação tributária vigente. Analisamos e avaliamos as premissas e metodologia usadas pela administração, nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, lucro tributável, alíquotas dos tributos, cálculos aritméticos e matemáticos, bem como comparamos certos dados das projeções, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados da Companhia e consistentes com aquelas utilizadas nas projeções de recuperabilidade do ativo. Comparamos a assertividade das projeções realizadas em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia, e analisamos informações que pudessem contrariar as premissas mais significativas utilizadas na determinação dos lucros tributáveis futuros. Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento, mensuração e recuperabilidade dos impostos diferidos ativos mediante disponibilidade de lucros tributáveis futuros, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos impostos diferidos ativos adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são razoáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado (DVA): As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formulação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conjuntas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar a documentação ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que comunicamos todas as informações críticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, a comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2022

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-SP034519/O-6

Cezar Augusto Ansoain de Freitas

Contador - CRC-1SP246234/O-0



www.intercement.com

Gría - Gestão de Recrutamento com Inteligência Artificial Ltda.

CNPJ/ME nº 40.545.334/0001-65 - NIRE 35232699177

(em fase de transformação)

Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito: Bernardo Miragaya Matz, RG nº 132.227.07-5 IPR-RJ, CPF/ME nº 118.735.227-62, residente no Rio de Janeiro/RJ, endereço Luis Amaral, RG nº 41.361.526-1 SSP-SP, e CPF/ME nº 306.543.778-39, residente em Osasco/SP; Joatinga Partners Empreendimentos Imobiliários Agropecuários Ltda, CNPJ/ME nº 09.110.668/0001-66, com sede na Av. Henrique Valadares, 23, Sala 401, Rio de Janeiro/RJ, com seus atos constitutivos devidamente arquivados na JUCERJ/NIRE 33207978007, neste ato representada pelo administrador João Marcelo Dantas Leite, RG nº 084.826-7 e CPF/ME nº 101.389.777-08, residente e domiciliado no Rio de Janeiro/RJ e Montagne Capital Consultoria e Participações Ltda, CNPJ/ME nº 12.648.463/0001-43, com sede na Av. Henrique Valadares, nº 23, Sala 404, Rio de Janeiro/RJ, com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCERJ/NIRE 33208767841, neste ato representada por Maria Lúcia Serapião, RG nº 05836643-6 IPR/RJ e CPF/ME nº 771.364.704-19, residente e domiciliada no Rio de Janeiro/RJ. Unicamente sôcios da Gría - Gestão de Recrutamento com Inteligência Artificial Ltda., CNPJ nº 40.545.334/0001-65, com sede na Av. Marcos Penteado de Rodrigues, 239, nº andar, Torre 1 - Banerji SP (“**Sociedade**”), tem entre si, justo e acordado, de pleno e comum acordo alterar o contrato social da Sociedade, a fim de promover a transformação do tipo societário da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado, a qual será regida pelo Estatuto Social Anexo (Anexo I) e pela Lei 6.404/76, conforme alterada, de acordo com o que segue: **I. Da Transformação da Sociedade Limitada em Sociedade Anônima de Capital Fechado:** Os sócios aprovam, por unanimidade a alteração contratual, a transformação do tipo societário da Sociedade de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 1.113 a 1.115 do Código Civil Brasileiro, do artigo 220 da Lei 6.404/76 e das demais disposições legais aplicáveis em vigor, atendidas as exigências fiscais e contábeis, sem acarretar a interrupção ou solução de continuidade da Sociedade, a qual permanecerá com os mesmos objetivos sociais. **II. Da Alteração da Denominação Social:** Os sócios aprovam, por unanimidade, a alteração do nome empresarial da Sociedade para “Gría - Gestão de Recrutamento com Inteligência Artificial Ltda.”. **III. Da Alteração da Sede Social:** Os sócios aprovam, por unanimidade, a alteração do endereço da sede social da Sociedade para Al. Rio Negro, 503, Sala 200, Banerji SP. **IV. Da Conversão das Quotas Sociais:** Os sócios aprovam, por unanimidade, a conversão de 800.000 quotas representativas do capital social da Sociedade em 800.000 de ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 mantendo-se a titularidade e proporção de participação dos sócios, assim como a manutenção do valor do capital social, de R\$ 800.000,00. Nos termos da legislação aplicável, consta como Anexo II, o Boletem de Subscrição, emitição e distribuição de ações ordinárias e indicativo de quotas. **V. Do Estatuto Social e da Abertura dos Livros da Companhia:** Os sócios aprovam, por unanimidade, o Estatuto Social da Companhia (Anexo I), bem como a abertura dos livros da Sociedade, sendo: (a) Livro de Registro de Ações Nominativas, (b) Livro de Transferência de Ações Nominativas, (c) Livro de Registro de Partes Beneficiárias Nominativas, (d) Livro de Transferência de Partes Beneficiárias Nominativas, (e) Livro das Atas das Assembleias Gerais, (f) Livro de Presença dos Acionistas, (g) Livro das Atas das Reuniões do Conselho de Administração, (h) Livro de Atas das Reuniões dos Diretores, (i) Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal. **VI. Da Composição da Diretoria:** Os sócios aprovam, por unanimidade, alterar a forma de administração da Sociedade, de modo que essa passa a ser realizada por uma Diretoria, a saber: para os cargos de Diretores, sem designação específica, Bernardo Miragaya Matz, já qualificado; Renato Diogo Marangoni Barbosa, RG nº 25982257-5 SSP/SP, e CPF/ME nº 361.704.138-27, residente domiciliado em São Paulo/SP e William Claudio Soares, RG nº 34.223.024-9 SSP/SP, e CPF/ME nº 214.197.900-11, residente domiciliado em São Paulo/SP. **VII. Das Disposições Gerais:** Conforme acima indicado, a Companhia passa a ser regida pelo Estatuto Social nos termos e condições fixados no Anexo I. E assim, os acionistas e diretores assinam de forma digital para os devidos efeitos legais, mediante a certificação padronizada ICP-Brasil. Banerji SP, 29/11/2021. **Acionistas:** Bernardo Miragaya Matz; Joatinga Partners - Empreendimentos Imobiliários e Agropecuários Ltda. Por João Marcelo Dantas Leite, endereço Luis Amaral - Montagne Capital Consultoria e Participações Ltda. Por Maria Lúcia Serapião. **Diretores eletos:** Bernardo Miragaya Matz; William Claudio Soares; Renato Diogo Marangoni Barbosa. **Visto de Advogado:** Leonardo Theon de Moraes - OAB/SP 330.140. **JUCESP** nº 33.913.722-5, **NIRE** nº 3530058495-3 em 21/01/2022.

Estatuto Social Estatuto Social - Capítulo I - Denominação: 1.1. A Companhia girará sob a denominação de **Gría Software e Serviços S/A - Capital Social:** **Sede:** 2.1. A Companhia tem sede na Al. Rio Negro, 503, Sala 200, CEP: 06454-000, Alameda Banerji SP. **1.1. A Companhia poderá abrir, transferir ou adquirir filiais no Brasil ou no exterior, mediante deliberação dos acionistas que representem a maioria das ações com direito a voto. Capítulo III - Objeto Social:** 3.1. A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços e licenciamento de uso de software, relativos à exploração de atividade de recrutamento e seleção por meio de inteligência artificial (CNAE 6202-3/00). **Capítulo IV - Prazo de Duração:** 4.1. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo V - Capital Social:** 5.1. A Companhia tem capital social de atualmente subscrito e integralizado, no valor de R\$ 800.000,00, dividido em 800.000 ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 cada uma. 5.1.1. Cada ação dá direito a um voto nas deliberações da Companhia. 5.1.2. Nos termos do art. 1.088 da Lei 10.406, de 10/01/2002 e do art. 1º da Lei 6.404/76, a responsabilidade de cada acionista é limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas. 5.1.3. Mediante deliberação em Assembleia Geral, por aprovação dos acionistas que representem a maioria absoluta das ações com direito a voto, o capital poderá ser aumentado ou reduzido por meio da criação de novas ações. Em caso de aumento de capital, a Companhia só poderá ser aumentado quando o capital social subscrito estiver totalmente integralizado. **Capítulo VI - Administração e Representação:** 6.1. A Companhia será administrada por uma Diretoria, respeitados os termos e condições constantes nos Capítulos VII e IX deste Estatuto. **Capítulo VII - Diretoria:** 7.1. A Diretoria será composta por um ou mais diretores, acionistas ou não, doravante denominados “Diretores”, (eletos) mediante a aprovação dos acionistas representando a maioria absoluta das ações com direito a voto, por um mandato de duração máxima de 03 anos, permitida a reeleição. 7.1.1. A composição da Diretoria poderá ser alterada, no Brasil ou domiciliados) no exterior é condicionada à constituição de um representante residente no Brasil, com poderes para receber citações em ações movidas em face do(s) Diretor(es) com base na legislação societária, pelo prazo mínimo de até 3 anos após o término do prazo do mandato. 7.1.2. Findo o prazo trienal, o Diretor deve permanecer no cargo até a posse do sucessor. 7.2. Os Diretores poderão, a qualquer tempo, ser destituídos de suas funções, mediante deliberação dos acionistas que conte com votos correspondentes da maioria absoluta das ações com direito a voto. 7.3. Compete à Diretoria da Companhia: a) representar a Companhia nos AGES, reuniões da Diretoria ou qualquer outras; b. a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, perante terceiros e quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais; c. exercer os poderes de administração, de modo a assegurar a marcha normal dos negócios da Companhia, abrir, manter e fechar contas bancárias; d. organizar relatório contendo o balanço do exercício financeiro e os principais eventos do ano anterior, apresentando-o à AGO; e. fazer aplicações financeiras; receber, emitir, endossar, visar, descontar ou avaliar cheques, letras de câmbio, duplicatas e outros títulos de crédito ou instrumentos comerciais; f. reclamar, receber, negociar e estabelecer a forma de pagamento de todos os débitos para com a Companhia; g. dar e receber quitação e usar a denominação social; h. nomear representantes da Companhia, nas sociedades coligadas, controladas ou em que participe de alguma forma. 7.4. Os Diretor(es) ter(ão) às seguintes obrigações: a. zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social e pelo cumprimento das deliberações tomadas pela assembleia geral e suas comissões; b. manter o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras, mensais e trimestrais, e quaisquer outros relatórios solicitados pelos acionistas; c. detectar e resolver os casos não previstos neste Estatuto Social e que não sejam de competência exclusiva dos acionistas; e d. resguardar os melhores interesses da Companhia. 7.5. Observado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia será validamente representada e obrigada-se-á, a. pela assinatura isoladamente de um Diretor, observado o disposto nas Cláusulas 7.3 e 7.4; b. pela assinatura isolada de 01 procurador devidamente constituído para o efeito, observado o disposto no artigo 1.664 do Código Civil e no contrato vinculado nos termos do artigo 9.2.3. As deliberações tomadas em conformidade com a lei e o contrato vinculam todos os acionistas, ainda que ausentes ou dissidentes. 9.3. As seguintes matérias são de competência exclusiva dos acionistas: I. Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; II. Aprovar as contas da administração; III. Nomear e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, e fixar-lhes a remuneração global; IV. Modificar o Estatuto Social da Companhia; V. Confessar falência e entrar em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; VI. Deliberar sobre a transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia; VII. Dissolver ou liquidar a Companhia; VIII. Deliberar sobre a criação de novas ações; IX. Julgar-lhes as contas; X. Determinar a destinação do lucro líquido do exercício, incluindo distribuição de dividendos; VIII. Deliberar acerca de distribuição de dividendos acima do mínimo legal e constituição de reservas do interesse da Companhia, bem como redução do dividendo obrigatório; IX. Aprovar o orçamento anual da Companhia, valores de contribuições e sua cronograma; X. Deliberar sobre a participação em grupo de soci-

dade da Companhia; XI. Aprovar investimentos ou concessão de garantias reais ou fiduciárias, previstos em qualquer outra forma, quando não em nome próprio; XII. Autorizar a emissão de títulos de crédito que impliquem a obrigação para Companhia ou representem valores que ultrapassem R\$ 250.000,00 anualmente, previstos ou não no orçamento; XIII. Deliberar acerca dos aumentos do capital e criação de ações; XIV. Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vista de celebração, e sobre quaisquer outros atos; XV. Supervisionar a implementação pela Diretoria da política financeira, de crédito e de pessoal; XVI. Analisar qualquer documento de natureza administrativa emanado da Companhia e algum de seus acionistas e empresas a eles ligadas. 9.4. As Assembleias Gerais serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de titulares representando, no mínimo, 1/4 das ações com direito a voto e, em segunda, com qualquer número, conforme Lista de Presença a ser circulada antes do início da Assembleia Geral. 9.5. As deliberações serão tomadas pelos acionistas representando a maioria absoluta das ações com direito a voto, ressalvados os quóruns qualificados previstos em lei e neste Estatuto. 9.6. As atas das Assembleias Gerais em que sejam deliberadas a eleição de membros com as competências específicas de administração e fiscalização de contas, bem como a eleição de terceiros deverão ser levadas a registro, perante o órgão competente, nos 30 dias subsequentes à reunião, exceto nos casos relativos à eleição de administradores/diretores em ato separado e sua destituição, quando deverá ser observado o prazo de 10 dias. **Capítulo X - Exercício Social:** 10.1. O exercício social terá início em 1º de janeiro em término em 31 de dezembro de cada ano, quando será levantado o inventário de bens, o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico com a demonstração de lucros e perdas da Companhia, observadas as disposições legais pertinentes. 10.1.1. As demonstrações financeiras de que trata a cláusula anterior deverão refletir as deduções, apreciações, amortizações e outras demonstrações contábeis determinadas por lei. 10.1.2. O lucro líquido verificado terá a destinação que lhe for determinada pelos acionistas da Companhia, conforme disposto no Capítulo XI. 10.1.3. Os prejuízos deverão ser suportados pelos acionistas de maneira proporcional à participação de cada um no capital social da Companhia. 10.2. Paralelamente aos livros da Companhia, poderão ser levantados balanços intermediários, a qualquer tempo, inclusive para fins de distribuição de lucros aos acionistas e juros sobre capital próprio. 10.3. Nos meses subsequentes ao encerramento do exercício social, será realizada uma AGO para aprovação das contas, exame e discussão do balanço e da conta de lucros e perdas e deliberação sobre o destino a ser dado aos lucros, sua eventual distribuição e a conveniência de constituição de reservas. **Capítulo XI - Destinação do Lucro:** 11.1. Os lucros líquidos anualmente apurados pela Companhia terão a aplicação que lhes for determinada por decisão da Assembleia Geral, com o voto de maioria absoluta dos acionistas. “Alienação”, exceto na medida permitida por este Estatuto. 12.1.1. Qualquer tentativa de Alienação de Ações sem a observância a este Estatuto é nula de pleno direito. Os Acionistas comprometem-se a fazer com que a Companhia, assim como qualquer agente de transferência não reconheça e não efetue qualquer transferência nos livros da Companhia, incluindo-se o livro de registro de ações nominativas e o livro de transferência de ações, sem a observância deste Estatuto. 12.2. Direito de Preferência. Em caso de Alienação de Ações da Companhia para terceiros, os demais Acionistas têm preferência para sua aquisição, devendo ser observado o prazo de 30 dias a contar da publicação do edital estabelecido abaixo: (a) O Acionista interessado em Alienação para terceiros (o “Acionista Ofertante”) deverá ofertar suas Ações aos demais Acionistas, os quais terão o direito de preferência para aquisição das mencionadas ações, na proporção de suas participações no capital da Companhia (excluindo-se as participações do Acionista Ofertante); (b) A oferta de que trata o item (a) acima deverá ser efetuada mediante notificação escrita, entregue pelo Acionista Ofertante aos demais Acionistas, a qual deverá especificar o número de ações ofertadas, o seu preço e o prazo para a aquisição, bem como o pagamento e Alienação propostas; (c) No prazo de 30 dias da data do recebimento da notificação mencionada no item (b) acima, os demais Acionistas deverão informar por escrito ao Acionista Ofertante a sua decisão de exercer ou não o direito de preferência para aquisição das ações ofertadas, na proporção de sua participação no capital social da Companhia (excluindo-se as participações do Acionista Ofertante); (d) Se todos os demais Acionistas exercerem seu direito de preferência, deverão eles adquirir todas as ações ofertadas nos exatos termos da oferta, na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia (excluindo-se as participações de qualquer Acionista Ofertante); (e) Caso qualquer dos demais Acionistas não exerça seu direito de preferência, o Acionista Ofertante deverá enviar aviso, por escrito, aos demais Acionistas interessados na aquisição das ações, no prazo de 15 dias a contar do término do prazo referido no item (c) acima, comunicando-lhes o não exercício do direito de preferência por um ou mais dos demais Acionistas e oferecendo-lhes a oportunidade de adquirir a totalidade das ações ofertadas, na proporção de suas participações no capital da Companhia (excluindo-se as participações do Acionista Ofertante e dos demais Acionistas que não exerceram seu direito de preferência); (f) Se, por ventura, após a realização do procedimento de oferta descrito no item (e) acima, ainda existam ações ofertadas não adquiridas pelos demais Acionistas, o Acionista Ofertante poderá, a qualquer tempo, oferecer novamente as ações ofertadas para aquisição; (g) Se nenhum dos demais Acionistas tiver interesse em adquirir as ações ofertadas, indicar qual é o percentual máximo de ações que pretendem adquirir; (h) Se nenhum dos demais Acionistas enviar a contra notificação de que deseja exercer o direito de preferência ou se todos os demais Acionistas enviarem contra notificação informando que não exercerão o direito de preferência relativo à totalidade das ações ofertadas ou, ainda, se após o procedimento descrito no item (e) acima, ainda existam ações ofertadas não adquiridas pelos demais Acionistas, o Acionista Ofertante poderá, a qualquer tempo, oferecer novamente as ações ofertadas para aquisição; (i) Se, após a oferta de que trata o item (a) acima, o Acionista Ofertante puder Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo ao direito de preferência determinado na cláusula 12.2, quando esta oferecer Alienação de um Acionista para outro Acionista ou quando englobar pessoa jurídica que seja Acionista ou seja controlada pelo Acionista. Caso qualquer dos demais Acionistas não exercer seu direito de preferência, o Acionista Ofertante poderá Aliene todas as ações ofertadas para o terceiro comprador, desde que nas mesmas condições dos termos da oferta, e a transferência seja efetivada nos 3 meses subsequentes. 12.2.1. Exceções ao Direito de Preferência. Serão permitidas Alienações de Ações por qualquer Acionista, sem necessidade de observância do procedimento relativo

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/7696-CFC8-F261-9077> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 7696-CFC8-F261-9077



Hash do Documento

A64A8A0B50251E47D464452DE651C8C42FA65F9287403FDC4E5092C24CB0D60F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/03/2022 é(são) :

- Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 21/03/2022 13:52 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

